

Índice

A – Relatório de Gestão.....	3
Introdução.....	4
1. Criação de Condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial.....	5
2. Apoio à I&D Empresarial	20
3. Apoio à Internacionalização da I&D Empresarial.....	24
4. Divulgação dos Resultados e Apoio à Valorização	41
5. Contributos para as Políticas de Inovação	56
ANEXO 1	58
Proposta de Aplicação de Resultados	69
B – Contas de 2011.....	70
Demonstrações Financeiras	71
Anexos às Contas.....	72
Parecer do Fiscal Único	73
Certificação Legal das Contas.....	74

A – Relatório de Gestão

Introdução

As estatísticas sobre a despesa nacional evidenciam que, recentemente, se atingiram valores históricos, com a passagem da I&D empresarial a principal setor de execução dessa despesa.

Os inquéritos e estudos realizados pela Agência de Inovação, SA (AdI) em 2011 tornam claro que esse aumento da despesa está a produzir resultados positivos de grande relevância para a economia.

A continuação do aumento das candidaturas aos programas de apoio a projetos de inovação tecnológica, e a qualidade dos projetos selecionados, apontam para que este crescimento da I&D é, já sustentável, correspondendo a uma mudança estratégica nas decisões de um número cada vez maior de empresas, com papel relevante na economia. Significa, também, que a perspectiva de valorização dos resultados no mercado se está a reforçar.

Ganha por isso uma importância acrescida a qualidade do acompanhamento e do encerramento dos projetos e da articulação destas tarefas com as atividades de apoio à sua valorização no mercado, nomeadamente no mercado internacional.

Estamos certos que as dificuldades que se colocaram à capacidade de acompanhamento dos projetos e à sua internacionalização serão rapidamente, superadas para que a AdI, que para o ano faz 20 anos, possa continuar a contribuir com todo o seu saber e experiência adquirida, para o desenvolvimento do país.

Vinte anos de atividade verificáveis não só nos resultados alcançados, mas também no seu potencial para o futuro. Potencial que está baseado nos conhecimentos dos seus quadros, na cultura que se foi construindo - que se traduz, nomeadamente, pelo relacionamento com os seus "clientes"- e na diversificada rede de pessoas e instituições com que colabora.

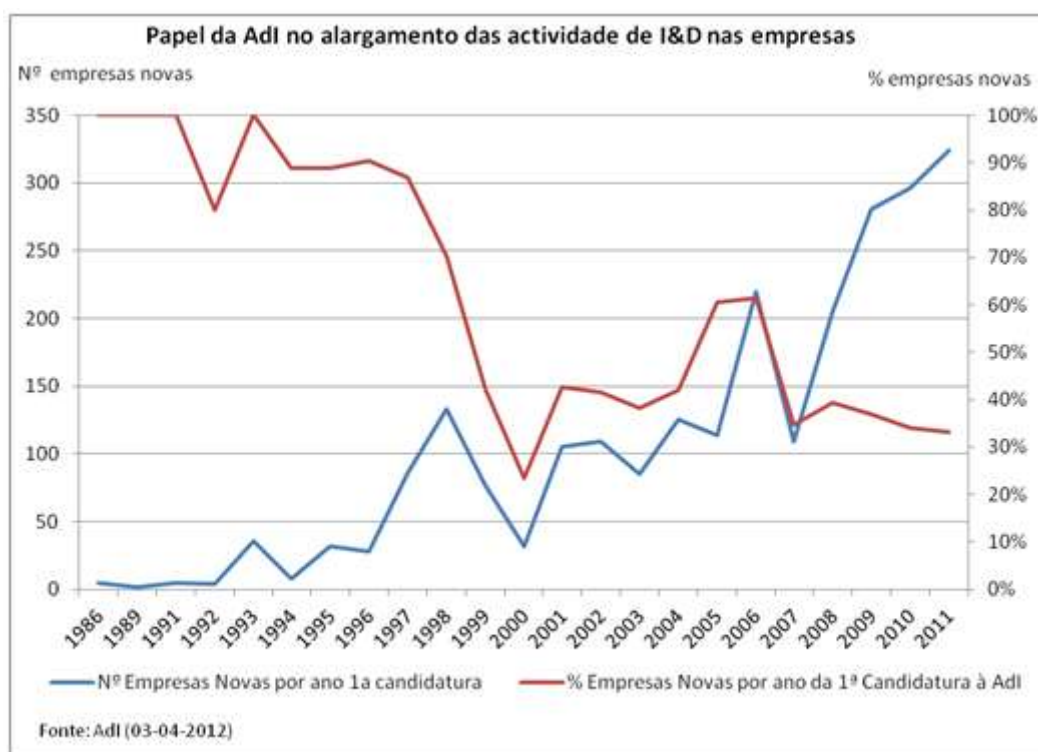
A todos cumpre-nos transmitir os nossos agradecimentos e formular votos de que essa realidade possa ainda ser melhorada no futuro.

Vai o nosso agradecimento em particular para aos colegas que no último ano não puderam por razões, a que são alheios, continuar a dar-nos o seu valioso contributo. Um agradecimento, especial, à Eng^a. Paula Fonseca que, na AdI, SA finalizou a sua longa carreira de serviço público em várias instituições, onde viu reconhecida a sua competência e empenho e capacidade de motivar e transmitir conhecimentos a outros.

O Conselho de Administração,

1. Criação de Condições favoráveis ao desenvolvimento da I&D Empresarial

A Adl – Agência de Inovação, SA, foi criada em 1993. Analisando as candidaturas aos Programas de Apoio que tem gerido desde então constatamos **que foram apoiados 2439 empresas diferentes**. O alargamento a novas empresas da I&D acelerou-se, particularmente, depois de 2005, ano a partir do qual duplica o número de empresas com estas atividades. O ano de 2007 é excepcional devido à situação “habitual” de ano de transição entre QCAs. Em 2011 o número de empresas novas (que se candidataram pela primeira vez) ultrapassou mesmo as três centenas.



No entanto a percentagem de empresas novas, no conjunto das empresas que em cada ano se dirigem à Adl e vêm as candidaturas aprovadas, tem vindo a desacelerar nos últimos anos, sendo em 2011 da ordem dos 30%. É evidente que a percentagem das empresas novas com I&D, no total, tenderá a diminuir, na medida em que as que se iniciaram nas atividades de I&D tendam a recandidatar-se com novos projetos aos programas de apoio. Esta desaceleração do alargamento deverá também refletir o encerramento das “medidas habilitadoras” na Adl, que

no QCA anterior ajudaram a criar novas empresas (como o NEOTEC) ou, criavam condições para o desenvolvimento das atividades de I&D como o apoio à contratação de Doutores e Mestres.

As virtualidades das medidas “habilitantes” ressaltam quando anos depois de serem usadas constatamos que continuam a ter efeitos na dinamização da I&D empresarial. Existe, todavia, um desfasamento temporal necessário para surgirem os efeitos dos programas “habilitantes” que é evidente no caso da principal medida que gerimos para apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica (NEOTEC).

Evolução da % de empresas NEOTEC com candidatura a Programas de apoio à I&D

Ano Constituição empresas NEOTEC	Data de apuramento estatístico	
	Mar-11	Mar-12
2005	70%	70%
2006	65%	69%
2007	61%	64%
2008	53%	67%
Total	60%	66%

No Relatório precedente (referente a 2010) apresentámos a primeira coluna do quadro junto em que, em média, 60% das empresas criadas com o apoio do NEOTEC se candidataram, posteriormente, a medidas de Apoio à I&D (como o Programa Ideia ou a medida de apoio à Copromoção do QREN). Escrevíamos então, “como resalta do quadro essa percentagem é superior nas empresas que se constituíram há mais tempo (70%) sendo inferior nas constituídas no último ano (53% em 2008). Estes dados permitem esperar que nos próximos anos aumente o número das empresas que procuram fazer I&D”. Um ano passado podemos confirmar a nossa expectativa. Com efeito a percentagem de empresas criadas em 2008 com o apoio do NEOTEC passou dos 53% para os 67%.

De uma forma mais genérica as *spin-offs* revelam um particular dinamismo no desenvolvimento da I&D empresarial, nomadamente no acesso aos programas de apoio mais competitivos, como o 7^oPQ.

Papel dos *Spin-offs* na Participação Portuguesa no 7^o PQ

	% das empresas com projetos aprovados no 7 ^o PQ	% dos projetos do 7 ^o PQ	% do apoio público
Empresas financiadas por outras medidas nacionais	68%	78%	63%
Empresas <i>spin-offs</i>	27%	30%	35%

Fonte: AdI, GPPQ

Da informação que dispúnhamos na altura da realização deste apuramento havia 203 empresas com projetos aprovados no 7ºPQ, correspondendo a um total de 379 projetos que conseguiram um valor aprovado de apoio da ordem dos 75 milhões de euros. Dessas a larga maioria (68%) já tinha tido projetos financiados por outros programas de âmbito nacional, o que aponta para que não são programas alternativos de financiamento. Antes se compreende que os programas de apoio nacionais possibilitam a “capacitação” para terem sucesso no acesso ao financiamento no PQ. Destacam-se em particular os *spin-offs* que, sendo uma minoria nas empresas nacionais, são responsáveis ou pelo menos participam em 30% dos projetos do 7ºPQ aprovados, sendo responsáveis por mais de um terço do financiamento conseguido.

Temos continuado a usar os mecanismos de que dispomos para alargar, o grupo das empresas nacionais com atividades de I&D, convencidos de que ainda há margem para esse objetivo.

Entre as medidas que ainda contribuem para o alargamento da I&D a mais empresas destacamos quatro:

- A dinamização da medida de apoio aos “Doutoramentos Empresariais”;
- A dinamização, seleção e supervisão de bolseiros nas três grandes instituições científicas Internacionais de que Portugal é Estado membro: CERN, ESA e ESO;
- A Bolsa de Emprego “deGrau Científico”;
- Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas.

Também a organização de Bolsas de Contacto são um mecanismo importante para dinamizar novos projetos de I&D pondo em contacto empresas e entidades científicas, nacionais e internacionais. Como estes eventos têm um papel cada vez mais importante, como fóruns de valorização de resultados, tratamos este assunto no capítulo 4.

1. Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE)

As BDE visam promover a formação avançada em ambiente empresarial, através da cooperação entre empresas e universidades em torno de projetos de interesse para a empresa e cujo desenvolvimento permita ao estudante a obtenção do grau de doutor, conferido pela Universidade.

Nesta iniciativa estão associadas a AdI, que contribui para a promoção de contactos junto do meio empresarial e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia que promove a avaliação e a gestão das bolsas.

As BDE destinam-se a licenciados ou mestres para realização de trabalho de doutoramento no país, em ambiente empresarial, em temas de relevância para a empresa.

Durante o ano de 2011 a AdI foi contactada por vários candidatos e empresas, com pedidos de informação sobre BDE, tendo prestado esclarecimentos sobre o funcionamento deste tipo de bolsa. Em 2011 foram apresentadas na Fundação para a Ciência e Tecnologia 48 candidaturas,

tendo sido aprovadas, 33 e recusadas 15. Ainda em 2011 foram aprovadas 8 candidaturas e recusadas 4 que haviam sido submetidas em 2010. Em 2011 foram ainda apresentadas 10 candidaturas que serão avaliadas em 2012.

BDE por Universidades que conferem o Grau de Doutoramento

Inst. que conferem GRAU	Início da Bolsa								Total	%
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		
U. Minho	6	6	5	8	6	4	2	4	41	18
U. Porto		6	4	8	1	9	7	7	42	18
U. Católica	1				1				2	1
UTAD			1						1	0
U. Aveiro		4	3	4		6	5	3	25	11
U. Beira Interior		2	1		3			1	7	3
U. Coimbra	1	4	1	4	3	4	4	3	24	11
ISCTE	1		1	1		1			4	2
U. Lisboa			1		1	2	4	1	9	4
UNL	1	7	1	6	1		8	4	28	12
UTL	1	8	7	4	4	5	4	7	40	18
U. Évora				1			1		2	1
U. Algarve			1			1	1		3	1
Total	11	37	26	36	20	32	36	30	228	100

O quadro compreende somente as bolsas que além de aprovadas foram entretanto já iniciadas, o que penaliza os dados referentes ao último ano em que haverá ainda bolsas que ainda não se iniciaram. Porque em termos de candidaturas apresentadas em 2011 vimos atrás que foram aprovadas 37, e não só as trinta que o Quadro quantifica como se tendo entretanto iniciado.

Empresas com BDE ou com Contratação de Doutores e Mestres

Empresas	Com D e M	Sem D e M	Total
Com BDE	8%	41%	49%
Sem BDE	51%		51%
Total	59%	41%	100%

Poder-se-ia pensar que as empresas que estiveram interessadas na contratação de doutores e mestres também estariam interessadas em obter a colaboração destes recursos humanos altamente qualificados apoiando uma BDE. Verificamos, cruzando a informação, que esta hipótese não é verificável para a larga maioria destas empresas. Só 8% das empresas usaram os dois tipos de mecanismos de apoio à inserção de recursos humanos altamente qualificados. O que aponta claramente para que os dois programas são “disjuntos” continuando a justificar-

se a reposição de um programa similar ao antigo apoio à contratação de doutorados pelas empresas.

2. Formação e Treino em Organizações Científicas e Tecnológicas Internacionais

A Adl firmou protocolos com Organizações Científicas Internacionais, nomeadamente com o CERN (Laboratório Europeu de Física de Partículas), a ESA (Agência Espacial Europeia) e o ESO (Observatório do Sul Europeu) com o objetivo de formar e treinar licenciados em domínios onde a competência dessas organizações é internacionalmente reconhecida.

A Adl oferece oportunidades de formação e treino, pelo período mínimo de 1 ano e máximo de 2, permitindo o desenvolvimento de um plano de formação complementar (*on-the-job-training*), em domínios estratégicos para o aumento da competitividade das empresas portuguesas.

As bolsas de estágio são atribuídas pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, competindo à Adl a gestão deste programa, nomeadamente:

- Proceder ao levantamento e seleção das necessidades e oportunidades de formação junto do tecido empresarial português;
- Promover as ações de divulgação e abertura de concursos;
- Assegurar o atendimento e informação aos candidatos e a receção das candidaturas;
- Assegurar a organização e a verificação dos processos de candidatura;
- Promover a avaliação e a seleção das candidaturas por painéis compostos por especialistas;
- Submeter as candidaturas aprovadas a homologação;
- Proceder à comunicação das decisões aos candidatos;
- Promover o acompanhamento, a avaliação e o controlo das ações apoiadas, de acordo com as normas aplicadas;
- Contactos com as estruturas do CERN, da ESA e do ESO.

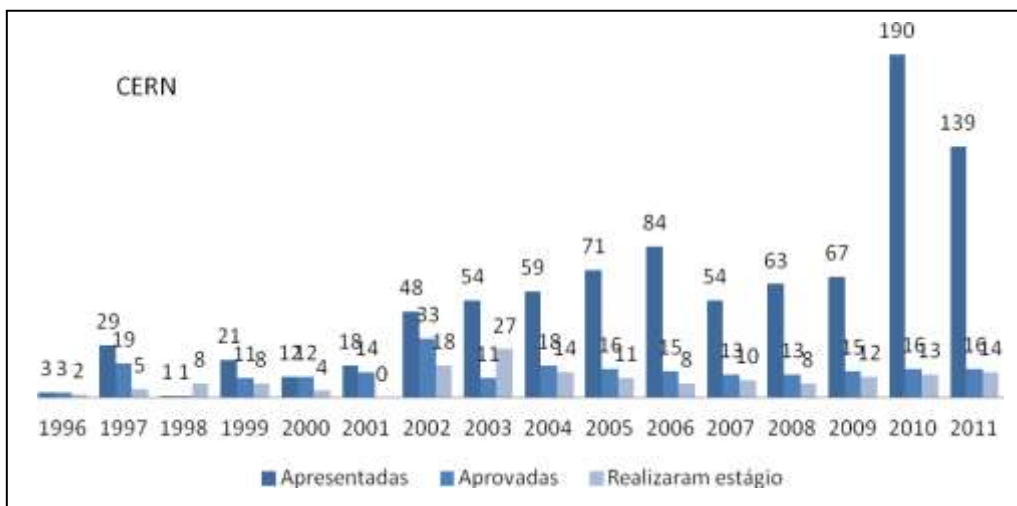
É de salientar que a atividade dos bolsheiros é avaliada anualmente “in loco” pela Adl.

CERN – Laboratório Europeu de Física de Partículas

Em 2011 a Adl procedeu a uma divulgação pública das Oportunidades de Formação e Treino no CERN junto dos Gabinetes de Saídas Profissionais das Universidades, dos Institutos Politécnicos e demais interessados, tendo sido avaliadas 139 novas candidaturas, 16 das quais foram aprovadas. Destas, 6 candidatos desistiram e 10 iniciarão o seu estágio a partir de Março de 2012.

Em 2011, iniciaram estágio 14 candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2010.

No final de 2011 estavam em formação no CERN 21 bolsheiros portugueses através deste programa de formação *on-the-job-training*.



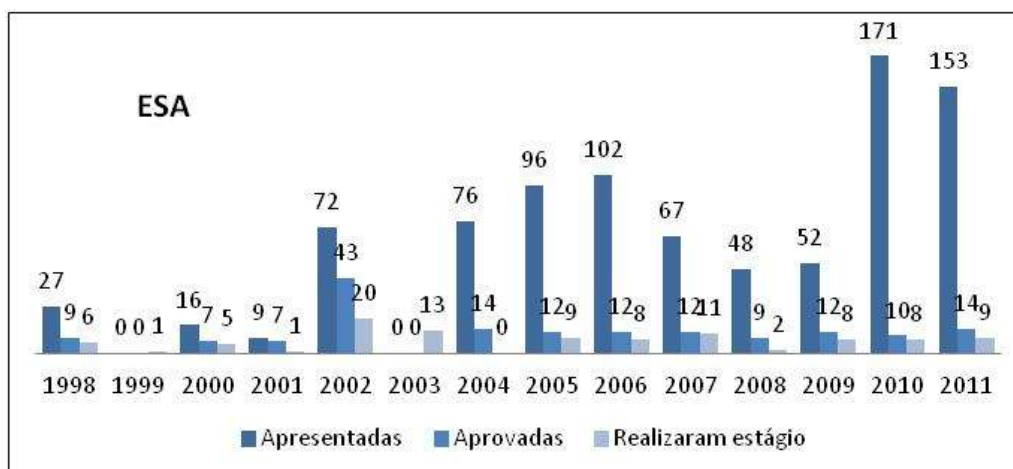
Para além das atividades relacionadas com as candidaturas, seleção e integração dos bolseiros, a AdI, em 2011, assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados em candidatar-se a uma bolsa de estágio no CERN, bem como o acompanhamento dos bolseiros que se encontravam em formação nessa Organização, nomeadamente em aspetos relacionados com os pedidos de renovação apresentados à FCT, para posterior comunicação ao CERN.

ESA – Agência Espacial Europeia

Durante o ano de 2011 a AdI recebeu 153 candidaturas, que foram avaliadas pelo Painel de Avaliação, tendo sido aprovadas 14 candidaturas. Destas, 2 candidatos desistiram e 12 iniciarão o seu estágio a partir de Março de 2012.

Em 2011, iniciaram estágio 9 candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2010.

No final de 2011 estavam em formação na ESA 13 bolseiros portugueses através deste programa de formação *on-the-job-training*.



Para além das atividades relacionadas com as candidaturas e o painel de avaliação, em 2011 a AdI assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados numa bolsa de estágio no ESA.

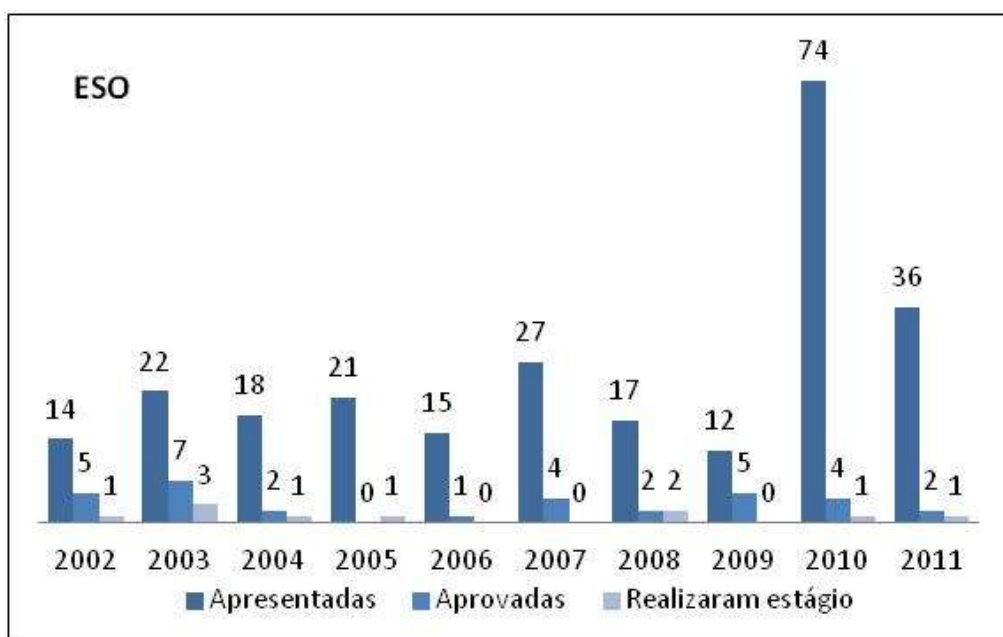
ESO – European Southern Observatory

Em 2011 realizou-se um Painel de Avaliação para a seleção de candidatos a formação e treino no ESO, para preencher oportunidades de formação na Divisão Técnica de Garching (Alemanha) e para os Observatórios de Paranal e La Silla (Chile).

Das 36 candidaturas recebidas, foram aprovadas 2. Destas, 1 candidato desistiu e o outro iniciará o seu estágio em Maio de 2012.

Em 2011, iniciou-se o estágio de um dos candidatos selecionados pelo painel de avaliação realizado em 2010.

No final de 2011 estavam em formação no ESO 2 bolseiros portugueses através deste programa de formação *on-the-job-training*.



Para além das atividades relacionadas com as candidaturas e operacionalidade do painel de avaliação, em 2011 a AdI assegurou ainda o atendimento e esclarecimento dos candidatos interessados numa bolsa de estágio no ESO.



Da análise do quadro, verificamos que realizaram estágio através deste programa 273 bolseiros.

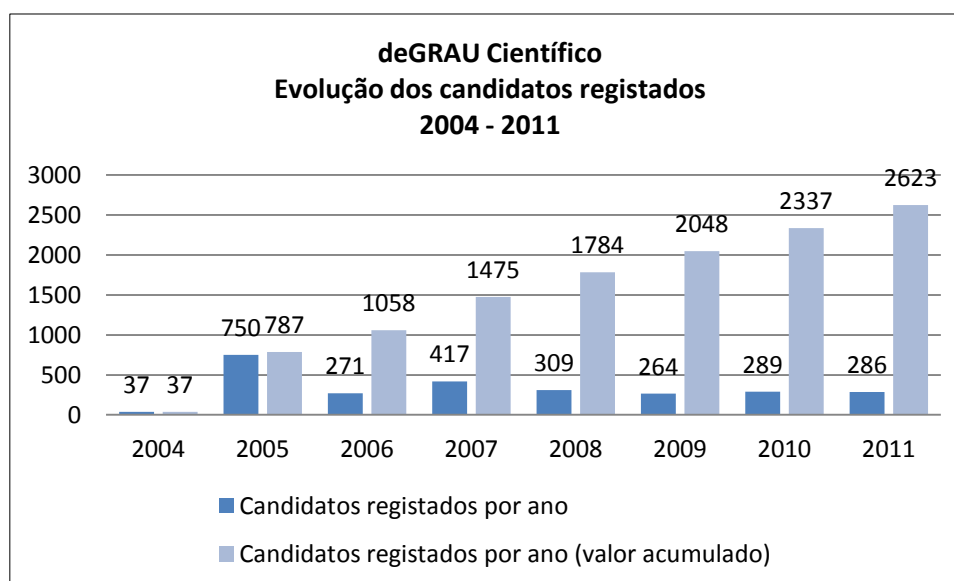
Relembramos que sobre os resultados desta medida no emprego qualificado e na competitividade da economia foi editado no ano anterior um Balanço de uma década de experiência, disponível em <http://www.adi.pt/estagiosinternacionais.htm>.

3. deGRAU Científico – Carreiras pós-graduadas nas empresas (www.degraucientifico.pt)

Tendo em vista dinamizar as candidaturas às medidas que apoiam a Formação Avançada de Recursos Humanos, a colocação de Recursos Humanos qualificados e a promoção do emprego científico nas empresas, a AdI lançou a 14 de Dezembro de 2004 em estreita colaboração com a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o deGRAU Científico – Carreiras Pós-Graduadas nas Empresas.

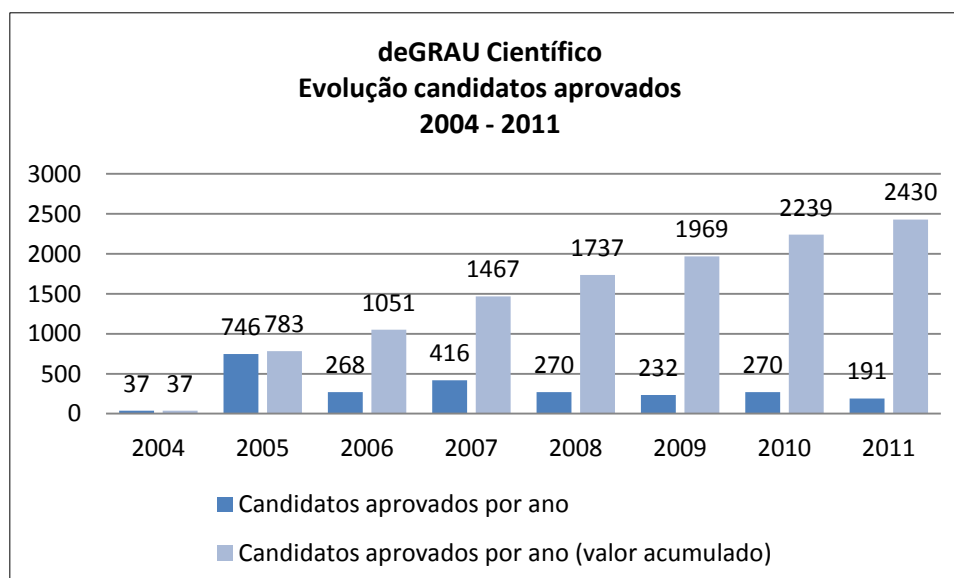
Este sítio disponibiliza uma base de dados de candidatos altamente qualificados, permitindo às empresas encontrarem, nos perfis disponíveis, o *know-how* ou competências adequados às suas necessidades e, aos candidatos, a oportunidade de no mesmo sítio de referência, publicitarem o seu perfil de qualificações.

O deGRAU Científico destina-se a pós – graduados (mestres, doutores e pós-doutorados), candidatos a doutoramento nas empresas (Licenciados ou mestres que queiram atingir o grau de doutor através da realização de trabalho de doutoramento no país, em ambiente empresarial) e estagiários em organizações científicas e tecnológicas internacionais (Licenciados ou mestres que obtiveram uma bolsa de formação e treino no CERN, ESA ou ESO, através do programa ‘on-the-job-training’ da FCT/AdI.

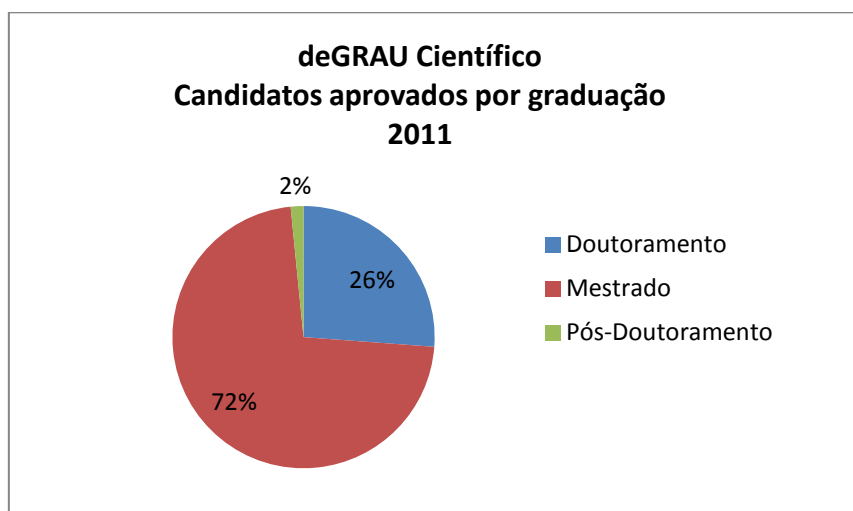


Da análise do quadro verifica-se um maior número de registos por parte de candidatos no ano de 2005, fruto do lançamento do *web site* em Dezembro de 2004.

Nos anos seguintes o número de registos decresceu, tendo estabilizado nos últimos anos, apresentando valores muito semelhantes nos últimos 3 anos.



Dos 286 candidatos registados em 2011, 191 viram o seu perfil aprovado por preencherem os requisitos para aprovação. Destes, 72% tratavam-se de candidatos com Mestrado e 26% com Doutoramento. Os candidatos com Pós-Doutoramento correspondiam a 2% do total de candidatos aprovados, conforme evidencia o gráfico seguinte.



4. APOIO A INFRAESTRUTURAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

A AdI foi nomeada pelo Ministério da Economia e Emprego, organismo competente para, no âmbito do Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, intervir:

- Aquando dos avisos de abertura dos concursos;
- Na emissão um parecer conclusivo relativamente ao enquadramento de cada uma das candidaturas nos objetivos das políticas públicas setoriais;
- Na apreciação do mérito das candidaturas.

O Apoio acima mencionado consubstancia-se em três Sistemas de Apoio:

SAPCTIEBT - Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

SAIECT – Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas

SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas

As operações a apoiar no âmbito destes sistemas enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento dos POs Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

O **SAPCTIEBT** visa, designadamente:

- a) Criar, promover, consolidar ou expandir infra-estruturas de acolhimento e apoio a atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas atividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente, parques de C&T (também designados por polos tecnológicos, parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica, tendo como principal objetivo a evolução estrutural da economia nacional para setores tecnológicos;

b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento dos diferentes setores institucionais, fortalecendo sistemas regionais e setoriais de inovação e desenvolvimento de competências;

c) Promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido produtivo, fomentando a interação entre agentes;

d) Promover a valorização económica e social da C&T e o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica.

São suscetíveis de financiamento, as seguintes tipologias de operações:

a) Infra-estruturas físicas Parques de Ciência e Tecnologia: Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT compreendendo edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infra-estruturas físicas de uso coletivo incluindo zonas comuns, infra-estruturas viárias, telecomunicações, infra-estruturas de banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

b) Infra-estruturas Físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica: Projetos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de IEBT compreendendo, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum tais como laboratórios assim como infra-estruturas físicas de uso coletivo incluindo zonas comuns, infra-estruturas viárias, telecomunicações, banda larga, distribuição de água e energia, recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

c) Empreendedorismo Tecnológico: Projetos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica, promovidos pelas entidades gestoras de PCT ou de IEBT ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento direto de projetos empresariais;

d) Serviços Partilhados: Reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços otimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projetos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de PCT e IEBT, incluindo ações de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais.

O **SAIECT** visa consolidar e qualificar a oferta de tecnologias, serviços e produtos de base tecnológica e, nomeadamente:

a) Estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade portuguesa a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infra-estruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interação com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica;

- b) Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento das empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências;
- c) Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infra-estruturas em instituições de investigação científica e tecnológica;
- d) Estimular a criação, em estabelecimentos do ensino básico e secundário, de uma rede coerente de infra-estruturas e equipamentos tecnológicos, com vista à generalização de práticas pedagógicas inovadoras, à preparação dos alunos para a economia do conhecimento, à modernização da gestão escolar e à garantia da integridade das instalações e equipamentos educativos, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Plano Tecnológico da Educação;
- e) Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infra-estruturas das instituições de investigação científica e tecnológica;
- f) Consolidar e desenvolver redes de equipamento científico de uso comum;
- g) Racionalizar a rede nacional de infra-estruturas tecnológicas e científicas;
- h) Promover a participação de empresas e outros agentes nacionais em projetos mobilizadores de natureza científica, tecnológica e educativa, estimulando um ambiente inovador para o fomento da competitividade empresarial na economia do conhecimento;
- i) Fortalecer a capacidade de resposta das infra-estruturas científicas e tecnológicas, dotando-as de capacidade efetiva de resposta aos desafios do tecido económico-productivo, nomeadamente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado.

São suscetíveis de financiamento, as seguintes tipologias de operações:

Infra-estruturas Tecnológicas

- Infra-estruturas físicas e equipamentos: Projetos de expansão ou requalificação de infra-estruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com carácter excecional infra-estruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadro de novas Centros de Transferência de CTT, CT, INT, CEDP e EN. Compreendem, nomeadamente, edifícios e instalações específicas de uso comum, equipamentos laboratoriais e outros, que permitam o desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas relevantes para a competitividade das empresas e/ou a difusão do conhecimento;

Infra-estruturas científicas

- Construção e equipamento de novas instalações;
- Adaptação, renovação, atualização e expansão de equipamentos científicos e respetivas infra-estruturas de instituições científicas e tecnológicas;
- Remodelação ou adaptação de infra-estruturas da ciência com o objetivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.

Plano Tecnológico da Educação

- Projetos de infra-estruturas de redes e equipamentos tecnológicos;
- Projetos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a Educação.

O **SIAC**, visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as associadas aos fatores imateriais da competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia.

São suscetíveis de apoio as seguintes tipologias de projeto:

- a) Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos setores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;
- b) Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;
- c) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;
- d) Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;
- e) Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;
- f) Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.

Os projetos podem ser apresentados de entre três modalidades:

- a) a) Projetos públicos – promovidos exclusivamente por entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;
- b) b) Projetos privados – promovidos exclusivamente por entidades privadas sem finalidade lucrativa que deverão merecer parecer positivo das entidades públicas com competências próprias na área de intervenção;
- c) c) Projetos público-privados – promovidos em parceria, integrando entidades privadas e públicas com competências próprias na área de intervenção, sendo q a Adl só se pronuncia sobre Projetos Privados (b).

Apresenta-se de seguida um Mapa com os Avisos de Abertura de Concurso publicados em 2010- cuja Avaliação decorreu no ano de 2011 - bem como os Avisos de Abertura de Concurso publicados em 2011.

Região	AAC	Sistema de Apoio	Nº Candidaturas apresentadas	Nº Candidaturas Parecer favorável
Norte	SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010	SAIECT	3	2
	SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010	SAPCTIEBT	4	4
	SAIECT-IETIEFE-EN/2011	SAIECT	3	2
	SIAC	SIAC	4	4
Alentejo	Aviso n.º 2 SAICT	SAIECT	3	2

No Aviso da CCDR Norte, SAIECT-IETIEFE/EEC/PA/1/2010, a AdI classificou as candidaturas nos Critérios:

- A. Qualidade Intrínseca da Operação, subcritério A1-Coerência e razoabilidade do projeto, subcritério A2-Impacto na capacidade tecnológica da entidade promotora, subcritério A3-Disseminação e transferência de resultados, subcritério A4 - Qualidade da equipa responsável pela execução do projeto - B. Contributo para a Competitividade Nacional, subcritério B1-Contributo para o aumento da consolidação das capacidades nacionais de I&DT e inovação tecnológica, subcritério B2 - Articulação com as Estratégias de Eficiência Coletiva de âmbito nacional - D. Grau de Abrangência do Projeto, subcritério D1 - Carácter inovador do projeto, subcritério D2 - Existência de ligações institucionais com a rede nacional de entidades do SCTN, subcritério D3 - Integração em redes internacionais.

Foi avaliado o Mérito de três Infra-estruturas Tecnológicas:

- Construção Centro Tecnológico do Mobiliário, que obteve uma classificação de Mérito passível de hierarquização;
- Criação do Centro Avançado de Design de Mobiliário, que obteve uma classificação de Mérito passível de hierarquização mas com aprovação condicionada;
- Centro Tecnológico do Azeite, que não obteve classificação de mérito mínimo e portanto, reprovada.

No Aviso da CCDR Norte, SAPCTIEBT/IEFIEBT&SP/1/2010, em sede de análise do mérito a AdI pronunciou-se acerca do Critério B. Contributo para a Competitividade Nacional, classificando as candidaturas nos subcritérios B1 – Contributo para a emergência de atividades de alta intensidade tecnológica e B2 – Articulação com as Estratégias de Eficiência Coletiva de âmbito nacional, bem como do Critério D. Grau de Abrangência do Projeto, classificando as candidaturas no subcritério D1 – Densidade de articulação institucional com Universidades, Laboratórios associados e demais entidades do SCTN.

Foi avaliado o Mérito de 5 candidaturas:

- FEIRA PARK IEBT, IMPROVING TALENT, INICITEC e Incubadora do Tâmega e obtiveram todos classificação de Mérito passível de hierarquização mas com aprovação condicionada.

No âmbito do Aviso SAIECT-IETIEFE-EN/2011, a Adl emitiu um parecer prévio favorável referente às seguintes candidaturas EGP – Campus do Porto Business School e Projeto de expansão da Católica Porto Business School e desfavorável quanto à candidatura Lança Estrelas - Associação Científico Tecnológica de Exportação – Plataforma.

No âmbito do Aviso **SIAC**, a Adl emitiu um parecer prévio favorável relativo a todas as candidaturas:

- OpenInnovation@SpinPark, FIBROUSMAT – Promoção da criação de novos produtos a partir de materiais fibrosos, Ação Coletiva – Inovação tecnológica, Organizacional e de Marketing Redes de Cooperação e Mediação e, R&D_to_MARKET- Dinamização de uma rede de valorização de resultados nacionais de I&D.

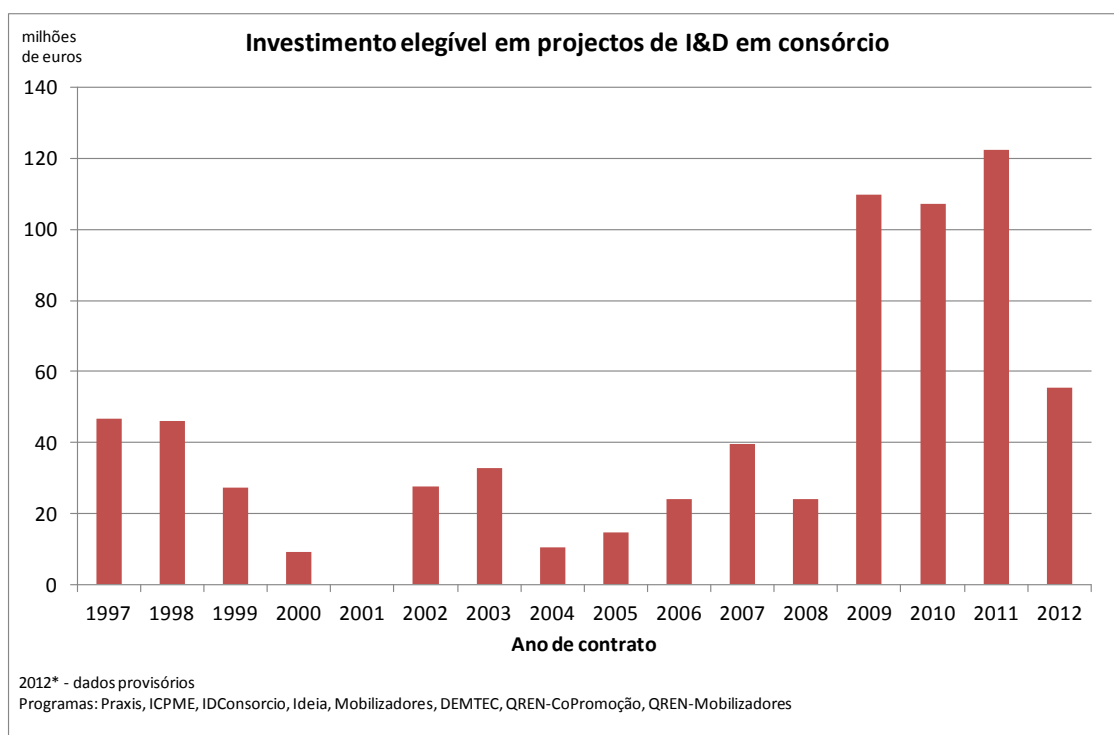
Relativamente ao Aviso de Abertura de Concurso do INALENTEJO, Aviso n.º 2 SAICT, a Adl emitiu um parecer prévio positivo no que respeita às candidaturas Requalificação do CEVALOR com vista ao desenvolvimento de competências em áreas tecnológicas para o desenvolvimento da competitividade das empresas e LABALENTEJO – Laboratório de Análises de Azeite e Azeitona do Alentejo. Mas quanto à candidatura Data Center 2.0 – Plataforma Tecnológica Digital/Regional o parecer prévio foi negativo.

2. Apoio à I&D Empresarial

O apoio direto da AdI à I&D empresarial utiliza dois tipos principais de apoios: apoio financeiro e apoio fiscal.

1. O apoio financeiro é concretizado atualmente, através de três medidas, que têm em comum a I&D ser realizada em consórcio entre empresas e entidades do C&T. Duas são financiadas pelo QREN: a I&D em co-promoção e os Mobilizadores; a terceira é de âmbito internacional no quadro do EUREKA – o EUROSTARS - de que tratamos no capítulo seguinte.

O valor do investimento contratado no âmbito das medidas financiadas pelo QREN voltou a subir, ultrapassando no ano de 2011, os 120 milhões de euros.



Em 2010 não tinha havido concurso para nenhuma das duas tipologias de apoio à I&D referidas. Em 2011 voltou a abrir concurso para a I&D em co-promoção.

Co-Promoção e Mobilizadores: Número de candidaturas por aviso de abertura de concurso

Aviso de abertura de concurso	Candidaturas recebidas	Candidaturas avaliadas	Candidaturas elegíveis	Candidaturas elegíveis não financiadas	Candidaturas não financiadas
2007_05	85	77	40	0	34
2008_09	207	188	70	27	85
2008_22	163	162	85	12	55
2009_02	8	8	6	0	2
2009_15	20	19	10	2	7
2009_16	131	124	52	15	47
2009_35	147	137	69	13	49
2009_36*	16	16	14	0	2
2011_03	132	128	61	0	67
2011_13	182	172	63	0	109
Total	1091	1031	470	69	457

**Nota: O concurso de 2009_36 refere-se a projectos Mobilizadores. A diferença entre o nº de candidaturas recebidas com o nº de candidaturas avaliadas, por aviso de abertura de concurso, deve-se às que desistiram e não foram objecto de análise. Para a última chamada de 2011 os valores da avaliação, que só foi terminada em 2012, reflectem só os pareceres dados pela AdI.*

Nos dois concursos para a medida de I&D em co-promoção de 2011 entraram 314 candidaturas, o que representou um aumento de 41% relativamente às entradas nos anos anteriores, facto que não é alheio à ausência de oferta desta tipologia de apoio em 2010. Do processo de avaliação foram consideradas elegíveis 124, o que representa uma taxa de aprovação de 41% (relativamente às 300 que chegaram à fase de avaliação). O número de projetos propostos para financiamento sofreu assim um aumento da ordem dos 37% relativamente aos que tinham sido aprovados nos anos anteriores.

Estes resultados traduzem-se num acréscimo de solicitações por parte dos co-promotores, nomeadamente para garantir um bom acompanhamento do decorrer dos projetos.

Projetos em curso na AdI

Programa de Apoio	Nº Projectos	Nº Promotores	Nº Promotores Empresariais	Investimento Elegível (€)	Apoio Público (€)	Tx. Apoio Público
IBEROEKA*	4	9	5			
EUREKA*	28	53	25			
EUROSTARS	31	42	27	6.487.059	4.136.442	64%
QREN-CoP	456	1.327	709	335.793.194	219.252.113	65%
QREN-Mobilizadores	14	311	197	81.150.396	56.307.705	69%
Total AdI	533	1.742	963	423.430.649	279.696.261	66%

**Projetos internacionais em execução sem apoio financeiro do QREN. Existem mais 20 projetos EUREKA e IBEROEKA, que tendo apoio à componente nacional pelo QREN estão considerados nessa tipologia de projetos.*

Ao aumento de trabalho com a avaliação, mantendo os critérios de qualidade, com recurso aos pareceres de numerosos especialistas integrados por painéis de área, resulta no aumento de trabalho com a contratação que se revela particularmente trabalhosa e morosa, dado que as

interações que se revelam necessárias em cada projeto terem de ser efetuadas com os vários co-promotores, e implicam também, o correspondente aumento de trabalho com o acompanhamento dos projetos. No quadro junto sintetizamos os principais dados estatísticos sobre os projetos de I&D que foram aprovados e que estão em curso e portanto sujeitos a acompanhamento pela AdI. No total temos em curso mais de meio milhar de projetos que envolvem em média três co-promotores por projeto, já que no total estão envolvidos nestes 533 projetos cerca de 1.742 co-promotores.

É este último número que dá uma ideia do volume e da complexidade do trabalho de acompanhamento dos projetos em curso. Embora em cada projeto haja um promotor líder, as relações da AdI estabelecem-se com todos os co-promotores, uma vez que se permite a apresentação de pedidos de pagamento individuais, sustentados por relatórios técnicos que espelham as atividades do consórcio como um todo, bem como pedidos de informação, de interpretação de regulamentos, de alteração do que está contratado, etc..

Durante a prossecução dos projetos a AdI tem ainda de analisar e dar parecer sobre os relatórios técnicos e financeiros que permitem acompanhar o bom andamento dos projetos e, sempre que tal é considerado necessário, efetuar visitas intercalares aos projetos acompanhados de perito externo.

Este processo de acompanhamento é importante não só para acautelar a correta utilização dos dinheiros públicos, como também para contribuir para o sucesso do projeto, ao validar opções decorrentes de um processo de I&D que eventualmente poderiam não ter sido equacionadas no desenho do projeto, acomodando sugestões de peritos especialistas nas áreas críticas de desenvolvimento, etc..

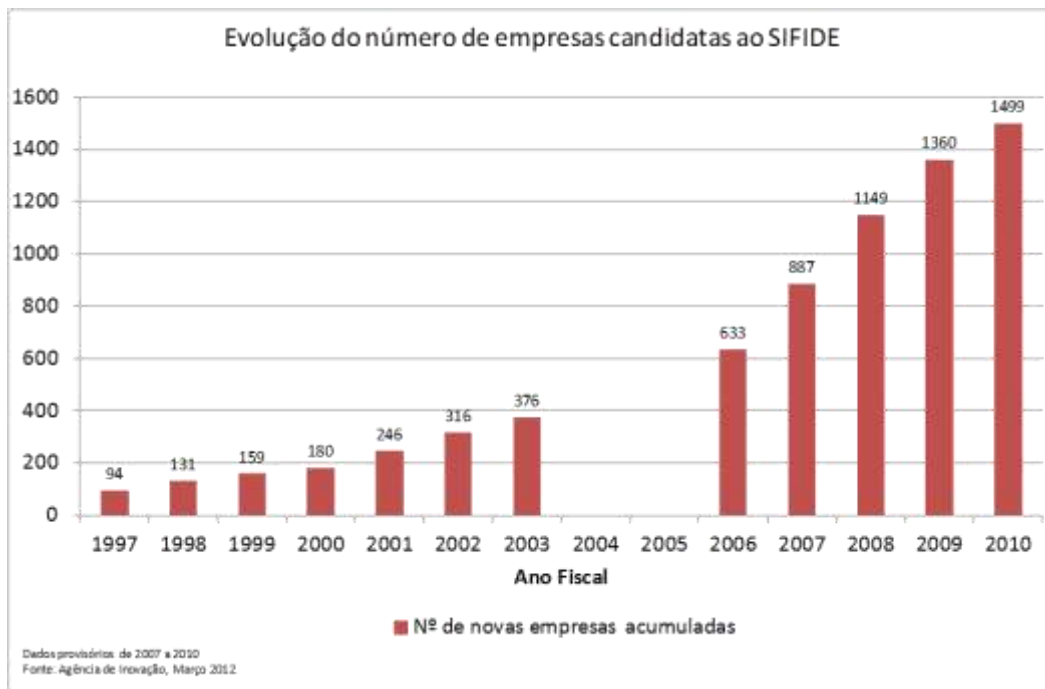
Para o encerramento dos projetos, segundo os procedimentos que temos como adequados, decorre uma visita final no local, ou locais, onde o consórcio desenvolveu as atividades. Esta visita, em que a AdI é assessorada por um perito externo, tem por base a análise do relatório final. Em muitos casos participamos também em sessões de divulgação e apresentação pública.

As visitas finais são importantes não só para complementar a informação dos Relatórios Finais, avaliar do cumprimento dos objetivos dos projetos mas, também para perceber as perspetivas de valorização dos resultados no mercado, identificando barreiras que possam ser superadas com o nosso apoio ou com a intervenção de outras entidades públicas.

É por isso com extrema preocupação que vemos a redução dos quadros da AdI que tinham sido formados para estas tarefas, quadros estes conhecedores do projeto desde a fase de candidatura, com bom acesso aos promotores, e conhecimento específico nas áreas tecnológicas dos seus projetos. Esperamos que esta situação seja corrigida a tempo de não pôr irreversivelmente em causa este procedimento de acompanhamento e encerramento com visita aos projetos.

2. Apoio fiscal faz-se através do SIFIDE

O número de empresas que recorrem ao apoio fiscal à I&D empresarial tem continuado a crescer.



No ano de 2011 atingiu-se praticamente um milhar e meio de empresas diferentes que recorreram ao SIFIDE desde a sua criação em 1997. Verifica-se alguma desaceleração de candidaturas de empresas que se candidatam ao SIFIDE pela primeira vez, que tendo sido a maioria das candidaturas em 2006, tem vindo a diminuir respeitando somente a 16% das candidaturas referentes ao ano fiscal de 2010.

A Lei nº64-B/2011 de 30 de Dezembro, mantém no essencial os apoios previstos anteriormente no SIFIDE. Salientamos no entanto duas melhorias relevantes. A primeira estabelece um limite para a apresentação de **candidaturas respeitantes a anos fiscais anteriores a 2011**, que deverão excecionalmente ser submetidas até ao final do mês de Julho de 2012. A partir deste período excecional deixarão de ser aceites candidaturas de anos fiscais anteriores. Alteração que vindo a tornar menos pesado o processo de avaliação a partir do próximo ano, vai decerto provocar a curto prazo uma forte sobrecarga de trabalho para 2012.

A segunda, que consta do seu Artº nº 163, em que é explicitada um novo tipo de despesa elegível: a das “despesas com **ações de demonstração** que decorram de projetos de I&D apoiados”. É estabelecido mais adiante que este tipo de despesas “apenas são elegíveis quando tenham sido previamente comunicadas”. Consideramos esta abertura particularmente oportuna dado muitos projetos de I&D apoiados nos últimos anos começarem agora a chegar ao seu termo sendo importante ajudar a que cheguem com sucesso ao mercado. A experiencia que a AdI teve com o programa DEMTEC, evidencia como o apoio a ações de demonstração pode ser importante para o referido sucesso no mercado. Neste período de crise estes apoios serão decerto ainda mais decisivos.

3. Apoio à Internacionalização da I&D Empresarial

Desde a sua criação que a Adl tem procurado articular estreitamente a Inovação com a Internacionalização. Essa atitude está implícita desde os critérios de avaliação dos projetos de I&D, até à participação empenhada em várias Redes de Comparação Internacional. Os resultados desta linha de atividade não se devem medir só pelos projetos aprovados em cada ano mas também levar em conta a capacidade de manter e reforçar a densidade e a qualidade do *networking* tecido ao longo dos anos de que depende a nossa capacidade de intervenção nos próximos anos. Dentro das dificuldades financeiras com que fomos confrontados procurámos, pelo menos, manter os mínimos de atividade que evitassem causar danos graves e de recuperação difícil num investimento feito ao longo de duas décadas e na imagem externa da Adl e do País.

1. Iniciativa EUREKA

A atividade desenvolvida no ano de 2011 no quadro da Iniciativa EUREKA decorreu no âmbito da Presidência Israelita até ao final de Junho desse mesmo ano e, posteriormente, abrangeu a primeira parte da Presidência Húngara.

O Coordenador de Projetos de Portugal foi convidado pela Presidência Húngara para coordenar os trabalhos do grupo dedicado ao financiamento de projetos de expansão de PME inovadoras.

O Representante de Alto Nível de Portugal foi convidado pela futura Presidência Turca (Julho 2012 – Junho 2013) a integrar o Grupo Executivo da Iniciativa EUREKA durante a sua Presidência. O convite foi aceite e transmitido à tutela.

EUREKA EUROAGRI-FOODCHAIN

Portugal continuou este ano a ser um membro ativo no *umbrella* Euroagri-foodchain, gerindo 9 intenções de projeto que, até agora, se materializaram em 2 projetos já aprovados.

Food I&DT: Integrado nos objetivos do *EUROAGRI – FOODCHAIN* foi promovido o **Espaço FOOD I&DT**, no âmbito da Feira Alimentaria & Horexpo 2011 (27 a 30 de Março).

O FOOD I&DT constituiu um espaço de 480 m², dedicado à inovação na área alimentar, onde tiveram em exposição 25 tecnologias associadas a linhas de I&D nacionais; uma zona de Brokerage, onde se realizaram reuniões bilaterais entre investigadores e empresas; e uma zona de exposição de inovações nacionais no setor. O evento que promoveu cerca de 40 reuniões entre, utilizadores de tecnologias/resultados a concurso (52 candidaturas apresentadas) e os respetivos promotores e tecnólogos contou com a presença de Secretario

de Estado do Ensino Superior, que distinguiu 3 resultados de um concurso organizado durante a exposição.

EUREKA Investors Shop: Portugal participou no “EUREKA Investors Shop” organizado em Jerusalém no dia 1 de Junho de 2011. A participação portuguesa contou com a empresa ALFAMA, e com um representante do Grupo CRITICAL, assumindo este a apresentação da Critical Ventures.

Na apresentação, a cargo do gabinete EUREKA Portugal, foram salientados os desenvolvimentos de 2 start-ups nacionais; a EC BIO (empresa de Biotecnologia para o setor da saúde) e a UAVision (empresa de equipamentos eletrónicos e software). O evento permitiu reunir com 25 Capitais de Risco internacionais.

Portugal Exportador - Lisboa, 13.10.2011 – Presença da AdI com *stand* próprio e participação dos representantes EUREKA como oradores.

Meet Inov 2011 – Paris, 08.11.2011 – Presença do NPC EUREKA como orador na conferência “International Innovation Networks: Alliance Opportunities”

Projetos EUREKA

Portugal aprovou em 2011 a participação em 6 novos projetos EUREKA sendo 3 liderados por entidades nacionais.

Adicionalmente, Portugal participa em 3 projetos avaliados e aprovados em 2011 pelo Cluster EUREKA Celtic e 1 Projecto do Cluster MF.IND.

Projetos – EUROSTARS

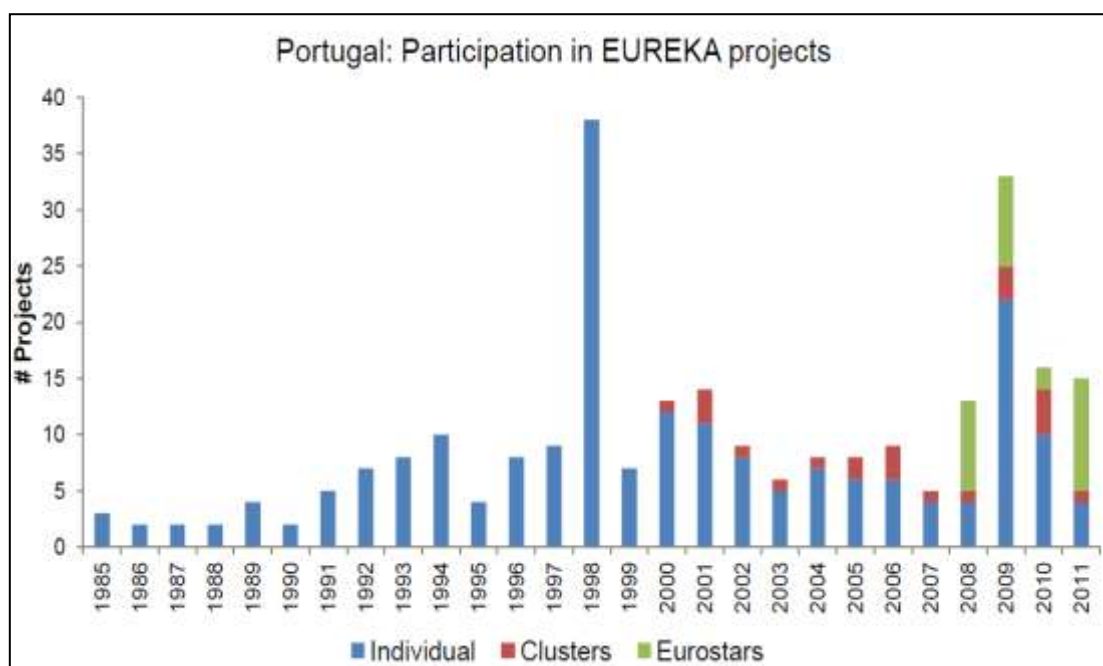
A AdI, S.A. é desde 2008, por despacho do MCTES, a entidade responsável pela gestão do programa de apoio financeiro aos projetos EUROSTARS.

Em 2011 foram divulgados os resultados da quinta e sexta chamadas para projetos EUREKA – EUROSTARS. Portugal manteve um elevado nível de participação, quer em quantidade quer em qualidade dos projetos submetidos:

Na quinta chamada para projetos Eurostars, que encerrou a 30 de Setembro de 2010, Portugal viu apresentadas 26 candidaturas com participação nacional, tendo sido aprovados 9 projetos dos quais foi possível aprovar o financiamento de 4.

Na sexta chamada para projetos Eurostars, que encerrou a 24 de Março de 2011, Portugal teve o maior número de candidaturas de sempre, 35 projetos com participação nacional. Dessas, 10 foram aprovadas e 5 financiadas.

EUREKA – Evolução da Participação Portuguesa



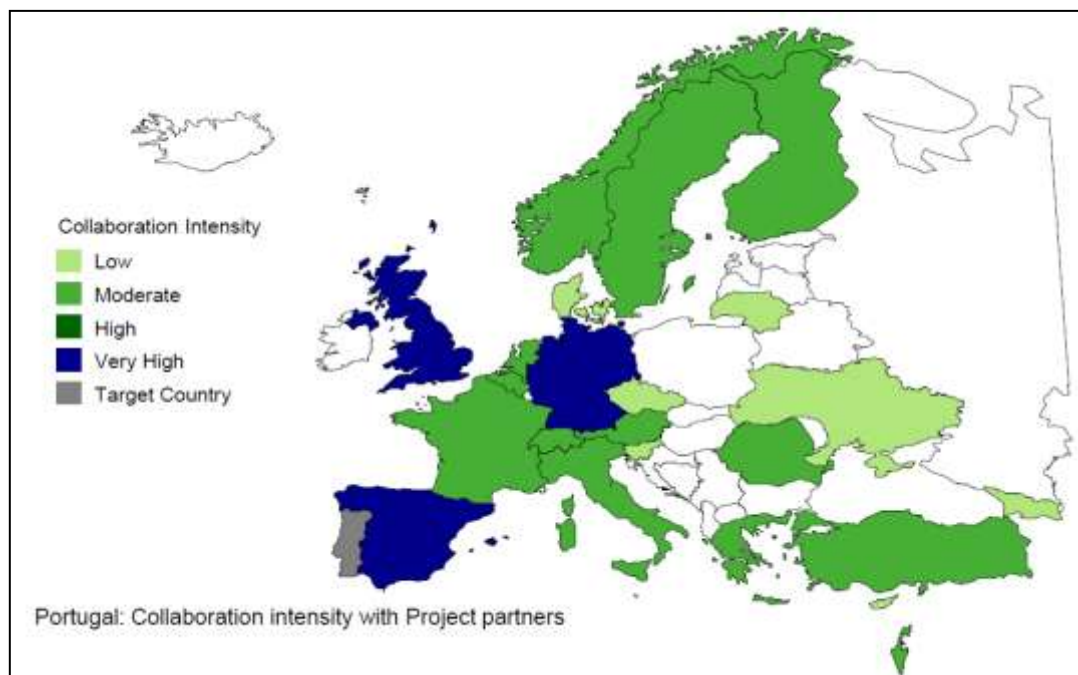
Fonte: Secretariado EUREKA "25 year country overviews 1985-2011

Participação Portuguesa no EUREKA – Projetos em Curso e Terminados

		Individual Projects	Sub-Umbrella Projects	Sub-Cluster Projects	Eurostars	Total
Running Projects	Number of Projects	28	11	5	25	69
	PT contribution (M €)	16,0	31,2	4,8	8,0	60
Finished projects	Number of Projects	102	73	16	8	199
	PT contribution (M €)	82,6	49,6	16,42	2,3	151
Total	Number of Projects	130	84	21	33	268
	PT contribution (M €)	98,63	80,77	21,2	10,28	211

Portugal tem em curso 69 projetos de um total de 268 em que participou. O valor da participação portuguesa é de 211 Milhões de euros, na maioria financiamento privado.

Intensidade da colaboração de Portugal com outros Estados membros do Eureka



Constata-se que os países com os quais Portugal tem uma colaboração mais intensa e continuada são Espanha, Grã-bretanha e a Alemanha mas observa-se, que existe colaboração com muitos outros países que integram esta rede de cooperação.

A AdI publicou em 2011 um **relatório com os resultados da participação Portuguesa na Iniciativa EUREKA para assinalar os 25 Anos de existência da mesma**. Esse relatório está disponível, em formato digital, no *site* da AdI em <http://eureka.adi.pt>.

Um levantamento recente dos resultados de projetos EUREKA e EUROSTARS, terminados nos últimos 5 anos, revela que na generalidade as empresas relatam ter alcançado os resultados previstos com sucesso e conseguido penetrar novos mercados com produtos e serviços inovadores. Destacamos os seguintes projetos como exemplos de projetos bem-sucedidos:

Casos de sucesso EUREKA:

E! 4519- Safe Luggage

Project: Running since 29-JUN-09



To create a tracking and tracing system for luggage. This can be made possible with the incorporation of an identification device in the bag. This system will be inviolable, compatible with international standards and use state-of-the-art technologies.

Participating countries: SWITZERLAND, PORTUGAL

E! 4459- VECCO

Project: Running since 29-JUN-09



The project focuses on the future and sustainability of land transport, for personal transportation or leisure. Therefore it will work on the development (design, construction,

testing) of a highly efficient low voltage electric vehicle with regenerative braking to recharge the batteries.

Participating countries: SPAIN,PORTUGAL

E! 3747 IPM-RICE



A novel way of bringing sustainable, pesticide-free processes to protect stored rice and other crops from insects and fungi can drastically cut losses of stored crops and help increase food security for up to 3 billion daily rice consumers.

Participating countries: Portugal, Israel, Italy, Germany, Greece, Spain, U.S.A

E! 3142 SAFEDRIVE



French and portuguese partners, working together in the eureka-funded safedrive project, have developed an important new satellite navigation-based system for managing airport ground traffic.

Participating countries: France, Portugal

E! 2819 FACTORY ECOPLAST



With polymer prices rising and environmental issues taking centre stage, EUREKA project E! 2819 FACTORY ECOPLAST is combining natural fibres with thermoplastics to create new recyclable compounds for consumer products, including top-line audio components.

Participating countries: Slovenia, Portugal, Hungary, Croatia

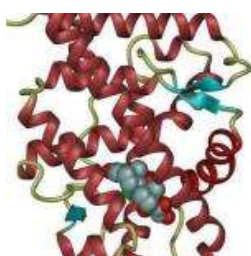
E! 1975 EUROAGRI GREENTEC



Researchers working on EUREKA project EUROAGRI GREENTEC are developing innovative food wrapping technologies to reduce browning and increase shelf life of perishable pre-cut vegetables.

Participating countries: Portugal, Spain

E! 1948 SASTEREC



Essential, innovative protein-binding research that will lead to new prostate cancer treatments, in particular androgen independent prostate cancer.

Participating countries: Germany, Portugal

E! 2247 SOLARTECH



Integrating technology to produce efficient solar cells for industry and help for developing countries.

Participating countries: Spain, Portugal

E! 1913 ALVAC



A cleaner way to pour aluminium from the heart of a furnace straight into a mould.

Participating countries: Portugal, Austria

Casos de sucesso EUROSTARS

Project: E! 4906 LycopeneRAMAN

Call: 2 (*ranking: 100*)

Title: Monitoring Functional Molecules in Industrial Processes by Double Slit Raman

Summary: The consortium's goal is to develop and implement a state-of-the-art solution to facilitate online process control to manufacturers of food products. This is achieved by combination of a novel double-slit Raman mini-spectrometer and advanced on-line chemometric data analysis.

Participants:

DENMARK - RSP Systems A/S; Danish Technological Institute

PORTUGAL - FIT - Fomento da Industria do Tomate; Instituto Superior de Agronomia

Project: E! 4272 HADES

Call: 1 (*ranking: 52*)

Title: Highly Adaptive Decision Support System for SCA improvement

Summary: The main goal of the project is the development of Multi-domain Adaptive Decision Support Systems in order to optimize the availability, reliability, security and maintainability of complex networked systems.

Participants:

SPAIN - Artica Soluciones Tecnológicas S.L._ABARTIA Team;

Fundación European Software Institute (ESI-Tecnalia);

INFRAESTRUCTURAS TECNOLOGICAS ESENCIALES

PORTUGAL - TEKEVER, S.A.

Project: E! 4276 OPENSEM

Call: 1 (*ranking: 7*)

Title: AN OPEN PLATFORM FOR THE SEMANTIC WEB

Summary: OpenSem aims at gathering and leveraging the best of "Semantic Web" technologies (Computer Service interoperability, Meaning Extraction, NL Computer Interaction or XML schema to describe taxonomies) to dramatically improve web content richness end-users experience.

Participants:

FRANCE - EXALEAD S.A., SYNAPSE DEVELOPPEMENT

PORTUGAL - Priberam Informática, S.A.

2. 7º Programa Quadro de IDT da UE

O Delegado Nacional para as PMEs da AdI, continuou a desempenhar as suas funções, assistindo às reuniões do Comité de PMEs do 7º Programa Quadro em Bruxelas e promovendo a participação de PMEs Portuguesas nos programas específicos de apoio às mesmas através da organização de sessões de informação e participação em conferências e seminários relevantes.

**Quadro Resumo da participação Portuguesa no 7º Programa Quadro de 2007 a 2011
(propostas apresentadas apenas na 2ª fase)**

Programa		Capacidades
Tema		PME
Propostas Apresentadas UE		3175
Propostas Apresentadas PT		412
Propostas Coordenadas PT		37
Projectos Aprovados UE		536
Projectos Aprovados PT		84
Projectos Coordenados PT		7
Número de Participações PT (propostas retidas p/a financiamento)	Ensino Superior	16
	Grandes Empresas	4
	PMEs	56
	Centros de Investigação	22
	Outros	19
	Total	117
Financiamento UE		729,91 M €
Financiamento PT		13,67 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	UE	16,88%
	PT	20,39%
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE 27	19,84%
	PT	18,34%
Percentagem Portuguesa		1,87%
Propostas em Reserelist UE		69
Propostas em Reserelist PT		7
Propostas Não Elegíveis UE		82
Propostas Não Elegíveis PT		9

3. REDE IBEROEKA (Programa CYTED)

No quadro da cooperação científica e tecnológica com a Espanha e a América Latina, Portugal integra a Rede IBEROEKA, rede inserida no âmbito do Programa CYTED - Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (www.cytmed.org), criada em 1991 com o objetivo de **fomentar a cooperação tecnológica industrial** entre 19 países da América Latina, Portugal e Espanha.

3.1 Evolução das atividades de cooperação portuguesa no quadro do IBEROEKA

A atividade no âmbito **IBEROEKA** em **2011**, continuou fragilizada em termos de novos projetos, com o nascimento concorrente do Programa Ibero-americano de Inovação, criado no quadro institucional das Cimeiras Ibero-Americanas.

A atividade no âmbito IBEROEKA é ainda afetada pelas mudanças institucionais verificadas ao nível de Espanha e do Brasil, países com os quais temos mais projetos, com alterações profundas em ambos Organismos Gestores.

Apesar de várias *newsletters* sobre as vantagens do selo IBEROEKA, associadas ao lançamento de concursos para projetos em Co-promoção, apenas 4 perfis de projeto foram elaborados em 2011 (cf. Quadro abaixo), tendo dois deles sido retirados por Espanha e um deles (bilateral Portugal-Brasil) continue pendente de certificação dado que o Brasil se retirou da Rede IBEROEKA para liderar o Programa Iberoamericano de Inovação.

Veio-se a aprovar apenas um projeto, que decorreu da entrada de um parceiro português num projeto já certificado com a Espanha e o México.

Durante o ano de 2011, foram formulados vários perfis de projeto:

Acrónimo	Título	Países consórcio	Líderes	Empresas Portuguesas	Certificação
IBK 11-671 CARVAEX	Aumento da vida útil da carne fresca de bovino	Portugal Espanha	Espanha	Sociedade Agrícola Cruz Costa, Lda.; Indutan – Comércio e Indústria de Peles, Lda.; CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro	Retirado por falta de financiamento em Espanha
MESAECOEX	Mejorantes de suelos para agricultura ecológica	Portugal, Espanha	Espanha	Sociedade Agrícola do Freixo do Meio, SA	Retirado por falta de financiamento em Espanha
IBK 11-697 NEWFACE	Future Aircraft Configurations for Eco-efficiency	Portugal, Brasil	Portugal	Alma Design, SET S.A.; INEGI, EMBRAER Brasil, EMBRAER Portugal	Pendente de certificação por retirada do Brasil da Rede IBEROEKA
IBK10 – 658 AREDIS	Diseño de Adecuaciones para Robustecer la Estabilidad de Diques en Suelos Fangosos”	México, Espanha Portugal	México	LNEC;	Projeto já certificado em 2010. Entrada de novos sócios portugueses, a convite dos parceiros mexicanos em 2011, sem financiamento nacional.

Minifórum CYTED-IBEROEKA sobre – Valorização de Pegmatitos Litíferos, 26 e 27 de Maio de 2011

A Agência de Inovação, em colaboração com a DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia), com o LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia) e com o apoio da Rede IBEROEKA (Programa CYTED) organizou em **26 e 27 de Maio** uma **Conferência e Bolsa de Contactos** sobre a **valorização de pegmatitos litíferos (lítio)**.

A realização do Minifórum IBEROEKA teve como objetivo reunir empresários e investigadores de Portugal, países da América latina, Europeus e Lusófonos com atividade neste setor industrial, abordando as tecnologias de prospeção, extração e transformação do lítio em forma de pegmatitos e as várias aplicações industriais, com foco estratégico no mercado da produção de baterias **para veículos elétricos**.

Portugal é o 5º produtor mundial de lítio e o primeiro a nível Europeu, possuindo reservas significativas de pegmatitos litíferos cuja extração se destina maioritariamente às indústrias do vidro e da cerâmica, não sendo ainda económica e tecnologicamente viável a produção de lítio sob a forma de carbonato; composto base para as baterias de veículos elétricos.

Portugal tem vindo a apostar fortemente na mobilidade elétrica, criando condições para a utilização pioneira dos veículos elétricos, captando investimento internacional e apoiando o desenvolvimento da capacidade tecnológica nacional, nomeadamente na rede de abastecimento e no desenvolvimento de veículos elétricos de vários tipos.

Era por isso oportuno, contribuir para aprofundar a avaliação da viabilidade de produção do lítio a partir de pegmatitos, desde a prospeção à produção de carbonato de lítio.

A cooperação tecnológica com os países ibero-americanos e lusófonos ricos em lítio, é fundamental para este desafio, potenciando o intercâmbio de conhecimentos e *know-how*, novos projetos de I&D e a transferência de tecnologias para estes mercados.

Pretendeu-se, com a organização de um Minifórum proporcionar um debate alargado sobre a produção e aplicações deste minério na Região Ibero-americana, procurando fomentar novos projetos de I&D, intercâmbio de conhecimentos e de *know-how* e oportunidades de transferência de tecnologia.

A Conferência teve lugar no dia 26, tendo reunido seis países (Portugal, Espanha, Brasil, Alemanha, Finlândia, Moçambique) com um total de 84 empresários e investigadores participantes, /ver lista de participantes em anexo) dos quais:

- Empresas: 31
- Instituições de I&D: 40
- Outros: 13

Com 19 palestras, o **Programa** do evento (em anexo) foi estruturado em 3 grandes eixos:

- Aspectos da geoestratégia global do Lítio. O contexto ibero-americano;

- Prospeção, valorização e exploração de pegmatitos litiníferos;
- Beneficiação e Metalurgia de minérios de lítio de pegmatitos e outros aspetos da cadeia de valor acrescentado do Li.

Houve ainda lugar para a apresentação de um *Case Study* por parte da empresa Norueguesa Nordic Mining: “From exploration to lithium carbonate production” – (“Keliber Lithium Project”, Finlândia), bem como para a apresentação da Plataforma de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Aproveitamento dos Minérios Brasileiros de Lítio, convidando à adesão dos outros países.

No final do dia realizou-se a **Bolsa de Contactos**, tendo decorrido 45 reuniões bilaterais, previamente agendadas. Foram ainda apresentados 7 **posters** quer por parte de empresa quer por parte de investigadores.

No dia 27 ocorreu uma **visita técnica** à Unidade de Processamento de pegmatitos da empresa **FELMICA** e uma visita às **Minas de Alvarrões**, localizadas no Distrito da Guarda, tendo sido possível demonstrar as tecnologias de processamento de minérios utilizadas, nomeadamente as tecnologias de separação ótica de minérios sob a forma de pegmatitos bem como os sistemas de controlo de qualidade laboratoriais.

Ficou acordada a intenção de se submeter uma proposta para uma **Rede Temática CYTED** no âmbito da Convocatória para Ações CYTED de 2012, liderada por Portugal (LNEG) e com a participação de empresas nacionais.

Minifórum “Inovações em Bioenergia”, 17 e 18 de Outubro, Concepción (Chile)

A ADI promoveu a participação de duas empresas portuguesas neste Mini-fórum: “CERTIX, serviços técnicos” e SEM IR - Engenharia e Manutenção Industrial e Residencial”.

A participação no Minifórum trouxe algumas oportunidades de cooperação comercial e técnica com empresas chilenas.

3.2 Novo Programa Ibero-Americano de Inovação

O Programa encontra-se agora num processo de institucionalização, de criação de estatutos e regulamento próprios, embora com grandes dificuldades de implementação face à situação financeira crítica em que alguns dos seus membros se encontram, obrigando a grandes cortes na área da cooperação internacional. A AdI fez uma proposta para dinamizar a participação das empresas portuguesas no quadro deste novo programa, procurando dar uma resposta positiva a uma iniciativa do coordenador do programa, o Brasil.

Está pendente ainda a comunicação de Portugal quando à contribuição financeira ou em espécie que suportará a sua participação no Programa.

3.3 Projeto EULARINET: *Coordinating European-Latin America Research and Innovation Networks.*

A ADI está, em colaboração com o Ministério de CT&I da Argentina, em fase de finalização de uma das tarefas do projeto que consiste na elaboração de um portfolio de projetos conjuntos UE-AL de cooperação ciência-empresa em CT&I. A divulgação dos casos de sucesso do portfolio está prevista para 2012, Junho, em Toulouse (França), onde participarão as empresas e instituições portuguesas envolvidas.

Em 2011, foram ainda organizados vários *workshops* no âmbito EULARINET, focados setorialmente. Portugal esteve presente através de peritos seus no Workshop sobre energia eólica, organizado no Rio de Janeiro em Junho de 2011, através do INEGI, e no *workshop* sobre Energias Renováveis, organizado no México em Setembro de 2011, através do LNEG.

Foi submetida em Novembro de 2011 uma nova proposta de projeto – ALCUE-NET a qual, após uma primeira avaliação por parte da Comissão, tem grandes probabilidades de ser aprovada.

Estando impedidas a participação direta de duas instituições por país, conforme acontecia no EULARINET onde a FCT e ADI eram beneficiários diretos, está previsto a **ADI participar como “third partie” da FCT**, i.e., através de um protocolo a estabelecer com a FCT, poderá imputar horas e terá atividades concretas de dinamização na vertente da inovação tecnológica, no entanto não receberá as verbas diretamente.

Com este forte enfoque na inovação, várias sinergias poderão ser desenvolvidas com as várias redes de cooperação tecnológica internacional em que a ADI participa (IBEROEKA/Programa Iberoamericano de Inovação, EUREKA-EUROSTARS, EEN).

A ADI é ainda Representante de Alto Nível do MCTES (atual MEC) para os temas de cooperação em inovação tecnológica UE-ALCUE, apoiando a implementação das ações decorrentes da Iniciativa Conjunta de Ciência e Inovação EU-ALC, cujas atividades são desenvolvidas através de recursos do projeto EULARINET.

3.4 Articulação com o Projeto ECOPOL¹

Exemplificativo das mais-valias decorrentes da nossa participação simultânea em Redes e Programas Europeus e Ibero-americanos está o nosso envolvimento no Projecto ECOPOL; um projeto europeu que integra parceiros da Finlândia, Suécia, Áustria, Alemanha e Grécia onde, em virtude do nosso expertise em mercados ibero-americanos, seremos responsáveis por um grupo de trabalho sobre **internacionalização de PMEs europeias eco-inovadoras** para mercados emergentes, tendo como mercado alvo, o **Brasil**.

No âmbito do ECOPOL, tem estado a ser desenvolvido um trabalho intenso, em colaboração com a AICEP, e com os restantes parceiros do projeto, de identificação de boas práticas de apoio à Internacionalização de PME eco-inovadoras.

¹ Ver capítulo 5.

Foram, assim organizadas duas reuniões de coordenação do Grupo de Trabalho, uma em Lisboa e outra em Lahti, na Finlândia, e a ADI participou do Fórum Europeu de Eco-inovação em Helsínquia, tendo dinamizado um *workshop*, onde apresentou a Rede IBEROEKA como um veículo de internacionalização de PME eco-inovadoras.

Em 2012, prevê-se a organização de um workshop sobre internacionalização onde serão analisados vários mercados-alvo extra-comunitários para empresas eco-inovadoras, nomeadamente o Brasil, a Índia, a China e a Rússia, e onde serão analisados instrumentos de políticas inovadoras de apoio à internacionalização.

Anexo ao Capítulo 3

Projetos EUREKA aprovados em 2011 com participação nacional

Projetos EUREKA

E! 5060 NATAL To Develop Novel Environmental Friendly Pre-Treatment Process For Al Alloys Used For Construction And Aeronautical Applications. The Project Aims At Advanced Pre-Treatments With Additional Functionality, Namely Conductivity and Active Corrosion Protection.

Technology: Industrial Manufacturing, Material and Transport

Market: Industrial Products / Manufacturing

Announced - 22-Jun-2011

Total cost (MEuros):3.60

Duration: 30 months Start date 01-Sep-2009

Contact Member 50% Israel Participating Member 50% Portugal

E! 5392 EUROAGRI FOODCHAIN PROBIOFRU This Project Aims At Developing Novel Carriers For Probiotic Strains That Can Have An Impact In The Traditional Probiotic Dairy Market And In Novel Nondairy Markets, Using Fruit Preparates As Carriers.

Technology: Biological Sciences / Technologies

Market: Consumer Related

Announced - 22-Jun-2011

Total cost (MEuros):.55

Duration:36 months Start date 01-Jan-2010

Contact Member 73% Portugal Participating Member 27%

E! 5401 ECOTRAIN Develop A Cork Solution To Replace Non-Natural Materials Used On Trains' Side Panels, Partitions And Floors, To Apply On New Generation Of Very High Speed Trains. Cork, A 100% Natural Raw Material Produced In Portugal, Is 100% Recyclable, Very Light, Resistant To Temperature, Impact And Vibration.

Technology: Industrial Manufacturing, Material and Transport

Market: *Transportation*

Announced - 22-Jun-2011

Total cost (MEuros):1.30

Duration: 30 months Start date 01-Nov-2009

Contact Member 70% Portugal

Participating Member 30%

E! 5824 MOVAR To Develop Highly Flexible Mobile 3d Augmented Reality (Ar) Service Systems Which Provide A Set Of Comprehensive Features To Support A Wide Range Of Mobile End User Devices, Communication Protocols, Data Resolutions And Of Mobile Services Using 3d Ar Datasets.

Technology: Electronics, It and Telecoms Technology

Market: Communications

Announced - 22-Jun-2011

Total cost (MEuros):2.51

Duration: 36 months Start date 01-Mar-2011

Contact Member 42.8% South Korea Interested 0% Germany Participating Member 2.4% Portugal Participating Member 54.8% Spain

E! 6722 EUROAGRI FOODCHAIN UNICLA RANGE To Investigate, With Scientific Knowledge, The Manufacture Of A Healthier Product With Higher Nutritional Quality From Its Origin: A Butter That Contain More Unsaturated Fat (More Than 42%), More Omega 3 (More Than 1.5%) And More Conjugated Linoleic Acid (Cla).

Technology: Agrofood Technology

Market: Agriculture, Forestry And Fishing

Endorsed - 19-Oct-2011

Total cost (MEuros):2.28

Duration:36 months Start date 31-Jan-2011

Contact Member 67% Spain Supporting Endorsement 33% Portugal

E! 6761 EUREKABUILD CABIVS Cabivs Delivers A New Generation Of Crane Cabins As Ergonomically Adjusted, Light Weight And Integrated Visual Systems For The Detection And Interpretation Of Environment.

Technology: Industrial Manufacturing, Material And Transport

Market: Industrial Products / Manufacturing

Endorsed - 19-Oct-2011

Total cost (MEuros):.60

Duration: 36 months Start date 01-Nov-2011

Contact Member 50% Portugal Supporting Endorsement 50% Serbia

Projetos CELTIC +

Project acronym: **REEN-T**

Project name: Green Terminals for Next Generation Wireless Systems

Instituto de Telecomunicações (IT) - Portugal

Portugal Telecom Inovação (PTI) - Portugal

UbiWhere (UW) - Portugal

Project acronym: **SAN**

Project name: Survivable Ad Hoc Network for 4G and beyond

Brightcom Solutions Lda - Portugal

Instituto de Telecomunicações - Portugal

Project acronym: **SemCloud**

Project name: Semantic Cloud

Ubiwhere - Portugal

Wizdee - Portugal

Projetos EUROSTARS:**CALL 5:**

RANKING	PRJ_ID	ACRÓNIMO	TÍTULO	PARTICIPANTES PT	TIPO
8	5965	S3DTV Pipeline	The project will develop and test technologies for robust, efficient and increasingly automated methods for the shooting, postproduction, checking, verification and correction of stereoscopic TV. The outcomes will be a pipeline and processes for S3DTV, tools and extensions to the MXF standard.	Media, Objects and Gadgets - Soluções de Software e Hardware S.A.	Partner
19	6030	SECAIR	The objective of SECAIR is to respond to very important security and safety issues in airport environments: providing a solution to monitor aircrafts, vehicles and staff moving around the movement area (runways, taxiways and aprons) in any weather condition, automatically and with high reliability.	ANA, Aeroportos de Portugal, S. A. / INOV - INESC INOVACAO	Partner
24	6027	SEAWEED-STAR	The ocean is: The next unexplored frontier for mankind. - Seaweed – The fastest growing plant on The planet – grows there. - The Seaweed Carrier will make it possible to cultivate The ocean mass scale. - The Seaweed-Star project will make this happen.	CENTRO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGACAO MARINHA E AMBIENTAL	Partner
34	5927	NU-ELBOW	The main goal of the Project is the development of a totally innovative actuated elbow prosthesis, whose articulation will be based on NUGEAR, a patented gearbox system based on nutation coupled with bevel gears. The results will dramatically improve the performances of actuated orthopaedic arms.	Active Space Technologies, Atividades Aeroespaciais S.A.	Partner

CALL 6:

Classificação Internacional	PRJ_ID	ACRÓNIMO	TÍTULO	PARTICIPANTES PT	TIPO
3	6319	LEGATO	A high speed automated scanner for the whole slide imaging of pathology samples.	AWAIBA	Parceiro
16	6544	GREENCOMPOSITES	In this project, 3D objects, particleboards of various densities and MDF panels will be developed from hemp and kenaf bonded with green resins based on tannin, lignin and chitosan. The panels will be fire retardant, thermal and acoustic proof.	VALBOPAN	Parceiro
69	6393	CRYOBragg	CryoBRAGG aims at developing a structural health monitoring solution for cryogenic applications based on Fiber Bragg Grating technology. The EM/RF immunity, electrical passivity and reduced cabling requirements of the technology make it an ideal candidate for application in cryo environments.	FIBERSENSING	Líder
85	6498	FAIR-CONTROL	The aim of this project is to develop advanced real-time control methodologies for cost optimization of air pollutants mitigation systems. The goal is the control and optimization of the feed rates of mitigation chemicals introduced into the production process (Selective Non-Catalytic Reduction).	ACONTROL; Universidade de Coimbra	Líder

4. Divulgação dos Resultados e Apoio à Valorização

1. Atividades de Divulgação

Em 2011 entrámos numa fase em que começam a atingir o seu fim os primeiros projetos em co-promoção que foram aprovados no âmbito do QREN. Sobrepondo estes novos resultados à previsível chegada ao mercado dos resultados do QCA anterior, como o “Inquérito aos Resultados” pôs em evidência,

Co-Promoção e Mobilizadores: Projectos em execução, por ano de investimento								
Ano de início do investimento	Ano de fim do investimento							Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
2008	1	26	34	7				68
2009		7	56	67				130
2010			3	71	58			132
2011			1	5	38	35		79
2012					12	39	10	61
Total	1	33	94	150	108	74	10	470

Nota: No quadro mostra-se o número de projetos elegíveis tendo em conta o ano de início e o ano de fim do investimento. Permite saber quantos projetos estão em curso, em cada ano.

fazia sentido dar uma renovada importância às atividades de divulgação de resultados dos projetos apoiados, importante para apoiar o seu sucesso no mercado e para dinamizar, pelo exemplo, o alargamento a mais empresas na aposta na I&D.

No calendário normal, 2011 seria o ano da realização das 5^{as} *Jornadas de Inovação*, que por razões financeiras não foi possível efectivar.

As últimas tiveram lugar em 2009, tendo constituído um ponto alto na divulgação dos resultados, consubstanciando, em resultados concretos, que encheram todo o pavilhão 1 da FIL no Parque das Nações, o grande crescimento da I&D empresarial revelado pela evolução estatística.



O fato de ter coincido com o encerramento da 2ª. Presidência Portuguesa da Iniciativa EUREKA , deu-nos a oportunidade de lhe dar visibilidade internacional, (*Innovation Days*) com o ponto mais alto nas reportagens do canal *Euronews*. O que foi ainda completado pela exposição realizada em Paris em que Portugal foi o país convidado.

Procurámos colmatar a impossibilidade da sua realização com outras iniciativas, das quais salientamos as mais relevantes.



Realização de um **Inquérito à Valorização dos Resultados da I&D Empresarial**. O inquérito foi dirigido às empresas que tinham um perfil temporal de projetos apoiados que fariam esperar terem lançado no mercado resultados de projetos nos últimos três anos ou nos próximos três.

Com uma taxa de respostas elevada (cerca de 70%), os resultados tiveram divulgação que serviu de suporte aos trabalhos em curso no início do ano de preparação da “Agenda da Inovação”. Esses resultados foram divulgados numa reunião de trabalho que teve lugar no CCB em 16 de Fevereiro de 2011, em relatório preliminar que ficou disponível na página da AdI.

As principais conclusões tiveram um claro impacto público pelo que indiciavam um aumento expectável. Destacamos outras conclusões do Inquérito: uma elevada taxa de cobertura da propriedade intelectual dos novos produtos; um muito elevado direcionamento para os mercados externos; posicionamento nas cadeias de valor predominantemente a montante, fazendo prever um forte impacto indireto na competitividade do tecido económico.

O relatório chamava também a atenção para as numerosas dificuldades e barreiras que as empresas identificavam ao seu sucesso no mercado, o que só se pode ter vindo a agravar com a económica.

Apoios Públicos para a Chegada ao Mercado dos resultados da I&D empresarial

Grupos Apoio Público	Apoio Público	Empresas* que referem esse apoio (%)
Apoios à Exportação	Ajudas à Exportação	20%
	Apoio na Divulgação Externa	9%
	Informação Mercados externos	6%
	Diplomacia Económica	4%
	Seguros de crédito	3%
Intermediação para encontrar clientes	<i>Broker</i>	7%
	Compras Públicas	5%
	Compras Grandes empresas	1%
	Demonstradores	3%
	Parcerias	3%
Financiamento	Financiamento	11%
	Acesso a crédito	6%
	Capital de Risco	7%
Medidas Legais e simplificação dos procedimentos	Simplex	8%
	Certificação	2%
	Legislação	3%
	Licenciamento	2%
	Patentes	2%
	Contratação RH	5%
	Políticas setoriais	5%
	Outros	9%

* Responderam à pergunta 205 empresas

Junto reproduzimos um dos Quadros do inquérito em que sintetizamos a opinião das empresas inquiridas sobre os “apoios públicos” que consideram necessário para ajudar à “chegada ao mercado” dos resultados da I&D identificados neste inquérito.

A Adl tem vindo a chamar a atenção junto das entidades competentes, para as medidas de políticas apontadas para superar essas dificuldades.

Participação em feiras de âmbito setorial, como a *Alimentária* e a *Futurália* divulgando resultados e organizando bolsas de contacto para a dinamização de novos projetos de I&D. Continuámos a participar nos júris de vários prémios à Inovação.

Abriram-se entretanto novos canais de divulgação em cooperação com anteriores entidades. Destacamos o Protocolo de cooperação assinado com a **ANA - Aeroportos de Portugal**, a

colaboração com o **“Portugal Economy Probe”** e o Protocolo de cooperação que está em preparação com o **Ministério da Saúde**.

Protocolo de Cooperação com a ANA - Aeroportos de Portugal para a utilização dos espaços dos nossos aeroportos internacionais para dar “a conhecer as realizações tecnológicas nacionais a investidores, gestores e técnicos estrangeiros que utilizem aeroportos portugueses e contribui para o sucesso comercial dos projetos de inovação apoiados pela AdI, comercializando-os, exibindo-os ou demonstrando-os”.

Com esse objetivo prevê-se não só organizar a “Exposição e demonstração de tecnologias inovadoras “Made in Portugal” nos espaços que se revelaram mais apropriados para o efeito nos aeroportos geridos pela ANA” como ainda a “incorporação de tecnologias inovadoras nos múltiplos serviços prestados pela ANA aos seus passageiros”. Encetaram-se os trabalhos para o início da implementação do Protocolo com a participação num novo espaço da zona de partidas do Aeroporto da Portela, nomeadamente tirando partido de um novo espaço comercial em fase de construção.

Convém lembrar a propósito que já atualmente são utilizados nos aeroportos portugueses resultados da inovação empresarial como é o caso dos equipamentos de controlo dos passaportes “biométricos” – a funcionar em todos os nossos aeroportos internacionais – e já exportados para vários outros aeroportos europeus, ou sistemas de segurança em veículos de pista, resultado de projetos de I&D em que a própria ANA participou. Outro projeto em que a ANA integrou o consórcio e poderá vir a ter maior impacto no funcionamento dos aeroportos (e no desenvolvimento da nossa industria que irá produzir os resultados) é o designado por “Mala Segura”, que incorpora as “tag” de RFID no próprio ato de injeção do plástico nas malas de cabine.

Portugal Economy Probe is a non-commercial and not-for-profit entity seeking to bring clarity and easy access to economic and financial information on Portugal.

Major Information Sources

Portuguese:
 Portuguese Government
 Ministries: Finance, Economy and Employment, Education
 Government offices: DDEG, DGO, DOTF, GEE, GEP (GPEARI)
 AdI - Portuguese Innovation Agency
 ACEP - Portugal Global
 Banco de Portugal (Portuguese Central Bank)
 CMVM - Portuguese Securities Market Commission
 TCGP - Portuguese Treasury and Government Debt Agency
 INE - Statistics Portugal
 NYSE Euronext Lisbon
 PORTDATA
 Turismo de Portugal (National Tourism Authority)
 Publicly listed companies
 Several private organisations and investment banks
 Several Universities, Foundations, and Institutes

International:
 ECB - European Central Bank
 European Commission
 Eurostat
 ILO - International Labour Organization
 IMF - International Monetary Fund
 OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development
 UNFPA - United Nations Population Fund

Promoters



Por convite que nos foi dirigido a AdI integra o conjunto de entidades que fornecem informação sobre casos de sucesso de inovação tecnológica nacional para o Portal **“Portugal Economy Probe”** que tem por objetivo promover a imagem internacional de Portugal nomeadamente junto de decisores económicos e investidores. Optou-se por contribuir com dois tipos de informação: notícias sobre casos de sucesso caracterizados por uma estreita relação entre a inovação e internacionalização e análises estatísticas de carácter geral ou setorial. Sobre os casos optou-se por iniciar a nossa contribuição por casos relevantes mas menos conhecidos, para contrariar a ideia feita de que os casos de inovação tecnológica são protagonizados por um número muito reduzido de empresas “excecionais”, e que sirvam de ilustração sobre a relevância da inovação em setores em que é “menos esperada” como na agricultura e na valorização dos recursos naturais de forma mais geral. No segundo tipo de informação destacamos

análises de âmbito mais alargado, preparadas sobre setores importantes da nossa economia, em que a I&D já teve um papel de primeiro plano da melhoria da competitividade: como são os casos dos setores da cortiça e do calçado. Trabalhámos também estatísticas de âmbito mais geral para evidenciar que já é errada a ideia de que os avanços verificados no país foram somente na ciência e não na sua aplicação pelas empresas.

Por despacho conjunto de Abril de 2010 dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Economia, a AdI integrou a **Comissão Interministerial para a Internacionalização (CII)**. A sua participação passou pelo fornecimento de informações e material de promoção focando a inovação no País. Com o mesmo objetivo de dar mais visibilidade internacional aos resultados dos projetos de I&D e de ajudar ao sucesso da sua valorização nos mercados externos procuramos estreitar a cooperação com a AICEP e aproveitar outras ações em cooperação com outras entidades como é o caso do **protocolo de cooperação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA)** para promover a Eco-Inovação em particular pela participação conjunta no Projeto Europeu ECOPOL. No âmbito deste projeto de três anos prevê-se realizar em Portugal eventos internacionais em que serão divulgados resultados de projetos de I&D na área da Eco-inovação e a realização de ações piloto para ajudar à sua internacionalização.

Para melhor suportar as atividades de divulgação de resultados foi decidido melhorar a versão em inglês da página Web da Agência, renovar o *software* da base de dados interativa “Bolsa Internacional de Oferta e Procura de Tecnologia” e relançar a utilização pelas empresas da “Montra de Portugal Inovador”, nomeadamente das notícias em língua inglesa.

A dimensão dos resultados já alcançados e as perspetivas da intensificação do seu crescimento justificam que trabalhemos de forma mais sistemática a nossa própria informação, produzindo estatísticas, estudos de caso e estudos setoriais que alimentem as atividades de divulgação e de apoio à valorização.

2. Apuramentos estatísticos e estudos sobre a evolução da inovação empresarial

Já referimos noutra parte deste Relatório a realização do “**Inquérito à Valorização dos Resultados da I&D Empresarial**” que teve amplo impacto na divulgação da inovação e na dinamização das políticas. Mas realizamos vários outros estudos.

Além dos estudos setoriais sobre o impacto da I&D empresarial já realizados para o **PEProbe** (sobre os setores da cortiça e calçado) foram ainda elaborados apuramentos estatísticos especiais sobre outros setores de que destacamos por já estar disponível na página da AdI sobre a “**I&D no Mar como setor de aplicação e fonte de recursos**”. Com um âmbito mais genérico foi também disponibilizado no “site” da AdI uma análise intitulada “**Impacto da aplicação de resultados dos projetos de I&D apoiados pela Agência de Inovação (de 1993 a 2001)**.” O apuramento estatístico incide sobre um milhar e meio de projetos disponibilizados também na página da AdI em “Base de dados de Projetos Apoiados pela AdI” (<http://projectos.adi.pt>). Nesse estudo evidencia-se como “o impacto dos projetos de I&D não se limita às empresas que nele investiram diretamente”. Isto porque o seu impacto na competitividade do tecido económico depende também do tipo de inovação e do tipo de tecnologia. Acontece que, em grande parte em virtude de uma das prioridades que foi seguida na avaliação dos projetos de I&D, a larga maioria dos projetos são de inovação em

produtos/serviços (79%), em particular em produtos e serviços que são “meios de produção” (76%) com difusão e impacto induzido no tecido económico.

Projetos de I&D apoiados pela AdI (1993-2011) por Tipo de Tecnologia e por Tipo de Inovação
(% do nº de projetos)

Tipo de Tecnologia	Inovação de Produto				Processo	Total
	Meios de Produção para outras empresas			Consumo		
	Equipamentos	Intermédios	Venda de Serviços			
Tecnologias Agrárias e Alimentares	5,5	37,5	4,7	7,0	45,3	100,0
Bioteχνologias	19,2	45,6	13,6	0,8	20,8	100,0
Engenharia Química	14,8	37,4	3,5	5,2	39,1	100,0
Tecnologias dos Materiais	21,0	42,0	1,0	3,0	33,0	100,0
Tecnologias da Construção	25,0	45,8	0,0	0,0	29,2	100,0
Tecnologias do Ambiente	24,0	20,0	4,0	0,0	52,0	100,0
Energia	50,0	6,3	6,3	6,3	31,3	100,0
Engenharia Mecânica	57,9	18,2	1,7	2,5	19,8	100,0
Eletrónica e Instrumentação	86,9	1,9	1,9	2,5	6,9	100,0
Automação e Robótica	89,8	0,0	0,0	0,0	10,2	100,0
TIC	85,6	1,1	3,2	1,6	8,6	100,0
Outras	25,0	25,0	0,0	0,0	50,0	100,0
Total	53,0	19,7	3,5	2,6	21,2	100,0
Meios de Produção	76,2					
Inovação de Produto	78,8					

Fonte: *Impacto da Aplicação dos Resultados dos Projetos de I&D apoiados pela Agência de Inovação (de 1993 a 2011)*, AdI, 2011.

Este **perfil de resultados da I&D fortemente difusor** é particularmente acentuado nos projetos de I&D dos setores que segundo a classificação da OCDE são considerados de mais elevada intensidade tecnológica, quer na indústria quer nos serviços, o que muito contribuiu em primeiro plano para a **melhoria do perfil de especialização internacional da Economia portuguesa para setores de maior intensidade tecnológica**. Em virtude desta melhoria da especialização foram ainda possíveis melhorias significativas na modernização tecnológica, e na implementação de modelos de negócio inovadores em segmentos importantes dos setores mais tradicionais como foi o caso por exemplo do calçado, da cortiça e dos hortofrutícolas.

Estas são algumas das conclusões postas em relevo pelo Quadro 3 do referido estudo: uma matriz em que se cruza a informação estatística dos projetos de I&D por “tipo de tecnologia” com a classificação dos principais “setores de aplicação”.

Procurámos com esta matriz evidenciar que o impacto da I&D realizado é maior do que poderíamos inferir da análise micro-económica. Mas o impacto na competitividade futura da nossa economia poderá ser ainda mais relevante se atendermos a uma outra característica deste processo de inovação, que possibilitou o **domínio de algumas tecnologias chave** que poderão dar origem a novas “ondas de inovação” em novos produtos com impacto noutros setores. Sem preocupação de exaustividade chamamos a atenção para alguns exemplos em tecnologias tão diversas como: o “corte por jato de água”, a identificação por RFID, a digitalização de formas 3D ou a digitalização da voz, a tecnologia das fibras óticas e do laser.

Projetos de I&D Apoiados pela AdI (1993-2011) por Tipo de Tecnologias e por tipo de Setores de Aplicação

(% do nº de Projetos)

Setores de Aplicação	TECNOLOGIAS												Total
	TIC	Materiais	Eletrônica e Instrumentação	Agrárias e Alimentares	Biotecnologias	Engenharia Mecânica	Engenharia Química	Automação e Robótica	Tecn. do Ambiente	Tecn. da Construção	Tecn. Energéticas	Outras Tecnologias	
Transversal ou Vários Setores	5,9	0,7	1,5	0,1	0,6	0,8	0,8	0,5	0,1			0,1	11,2
Outros Serviços	6,8	0,8	0,6		0,3		0,2	0,2	0,2				9,1
Saúde	2,1	1,3	1,8		1,4	0,4	0,4	0,1	0,1				7,5
Indústria Agroalimentar	0,3	0,1	0,5	4,2	1,3	0,1	0,4	0,1	0,1				7,3
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e pescas	0,5	0,4	0,2	3,7	1,0	0,4	0,3	0,1	0,3				6,9
Construção	0,5	1,6	0,5			0,5	0,4	0,1	0,1	1,5			5,2
Energia (Produção, distribuição e utilização racional)	0,8	0,4	1,4		0,1	0,6	0,6	0,1	0,3		0,8		5,2
Máquinas Industriais	0,8	1,3	0,8			1,4	0,1	0,6					5,0
Indústria Farmacêutica	0,1	0,2	0,1	0,1	3,5	0,1	0,6						4,6
Indústrias da Madeira, Cortiça, Mobiliário, Pasta e Papel	0,4	1,1	0,2	0,1	0,1	0,1	1,1	0,4	0,1				3,7
Telecomunicações	3,0		0,3			0,1					0,1		3,5
Fabricação de Couro e Calçado	0,6	0,6	0,2		0,1	0,3	1,1	0,1	0,1			0,1	3,2
Transportes e Logística	2,3	0,1	0,4			0,3		0,1					3,2
Consumo Privado	0,5	0,4	0,3	0,6	0,1	0,1	0,4				0,1		2,5
Automóvel	0,2	0,4	0,1			1,5	0,1	0,1					2,4
Indústrias Metalúrgicas de Base e Prod. Metálicos	0,3	1,1	0,1			0,5	0,1	0,1	0,1				2,4
Fabricação de Têxteis, Vestuário		0,5	0,3		0,3	0,1	0,5	0,1				0,1	1,9
Software	1,9												1,9
Mar	0,8	0,1	0,1					0,8				0,1	1,8
Outras Indústrias Químicas	0,1	0,1	0,3			0,1	1,0	0,1	0,1				1,6
Eletrônica e Instrumentação	0,3	0,6	0,6			0,1		0,1					1,5
Indústrias dos Plásticos	0,2	0,8	0,1			0,2				0,1			1,4
Aeronáutica e Aeroespacial	0,4	0,3	0,4			0,3		0,1					1,3
Indústrias da Cerâmica e Vidro e Cimento	0,1	0,6	0,3			0,2		0,1					1,2
Ambiente e Ordenamento de Território	0,5		0,1			0,1			0,3		0,1		1,1
Defesa e Segurança	0,6		0,1					0,1			0,1		0,9
Outros	0,1	0,5				0,1	0,1						0,8
Serviços às empresas	0,6		0,1										0,7
Outro Equipamento de Transporte		0,2				0,3				0,1			0,6
Serviços Financeiros	0,6												0,6
Total	31,2	14,1	11,3	9,0	8,8	8,5	8,1	4,2	1,8	1,7	1,1	0,3	100,0

Fonte: Impacto da Aplicação dos Resultados dos Projetos de I&D apoiados pela Agência de Inovação (de 1993 a 2011), AdI, 2011.

O “corte por jato de água”, tentado inicialmente nas máquinas para o corte da pedra, acabaria por ter o seu primeiro sucesso nas aplicações à indústria do calçado, que viria a desenvolver outras aplicações tão diversas como a indústria dos materiais compósitos ou a alimentar.

Uma pesquisa na Base de Projetos sobre **tecnologia laser** deteta trinta e cinco projetos. Das aplicações mais diversas, da pedra ao metal, passando pela cortiça, passou-se numa fase mais recente à própria produção de fontes especializadas. As tecnologias do “jato de água” e do

laser tornaram-se “ferramentas” importantes que tornaram possíveis os avanços noutra eixo central do desenvolvimento tecnológico português – a automação flexível das indústrias de produção “discreta”.

Os sistemas integrando a **leitura de RFID** aparecem-nos, na gestão das cadeias de produção, na logística de vários setores do alimentar à farmacêutica, como instrumento de inovação no marketing dos aspetos comerciais, ou embebido numa nova geração de malas de viagem, criando mais um elo para revolucionar a logística dos aeroportos.

A **digitalização de objetos tridimensionais**, tendo tido como uma das primeiras aplicações a digitalização de objetos para a indústria de Moldes, surge também com aplicações na indústria multimédia, no controle dimensional das peças na indústria metalomecânica, ou do peixe nas lotas, na produção generalizada de produtos como caneleiras de futebolistas ou de sapatos. O domínio da “**digitalização da voz**” está também a ter várias aplicações, desde a legendagem de TV, às transcrições na Justiça, passando pelo *software* bancário. As aplicações de “**fibras óticas**” foram diversificando das aplicações como meio condutor de telecomunicações, para as novas tecnologias de sensores desenvolvidos para os mais diversos setores desde as obras públicas, à fermentação da cerveja, passando pela indústria aeronáutica.

Utilizando a informação dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho temos vindo a analisar o **impacto direto da I&D na dinâmica do emprego**. No Quadro abaixo utilizámos a informação disponível mais recente referente ao ano de 2009 e comparamos com os dados de emprego de 2005. Trata-se como sabemos de um período especial já em plena crise. Os resultados não expressivos sobre a relevância da I&D empresarial na dinâmica do emprego, o que resulta do impacto da I&D no aumento da competitividade. Estes dados são importantes por mostrarem que é errada a perspetiva de que a melhoria da tecnologia seria criadora de desemprego. Isso poderia ser verdade se esta inovação se limitasse a introduzir maior eficácia nos processos de produção. O que não é verdade como já vimos atrás, porque a inovação apoiada tem incidido fundamentalmente no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Crescimento do Emprego na Economia Portuguesa (2005-2009) (tmca %)

Escalões de Dimensão	Total Trabalhadores		
	Todas as Empresas	Empresas com I&D	Spin-off
Todas as empresas - Total	0,4%	0,9%	11,7%
Micro	-0,1%	2,8%	3,9%
Pequenas	-0,6%	1,9%	8,2%
Médias	0,8%	1,2%	9,4%
Grandes	1,5%	0,8%	37,0%

Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho

Nota: Todas as entidades dos dois ficheiros (QP2005 - QP2009)

Ressalta do Quadro que:

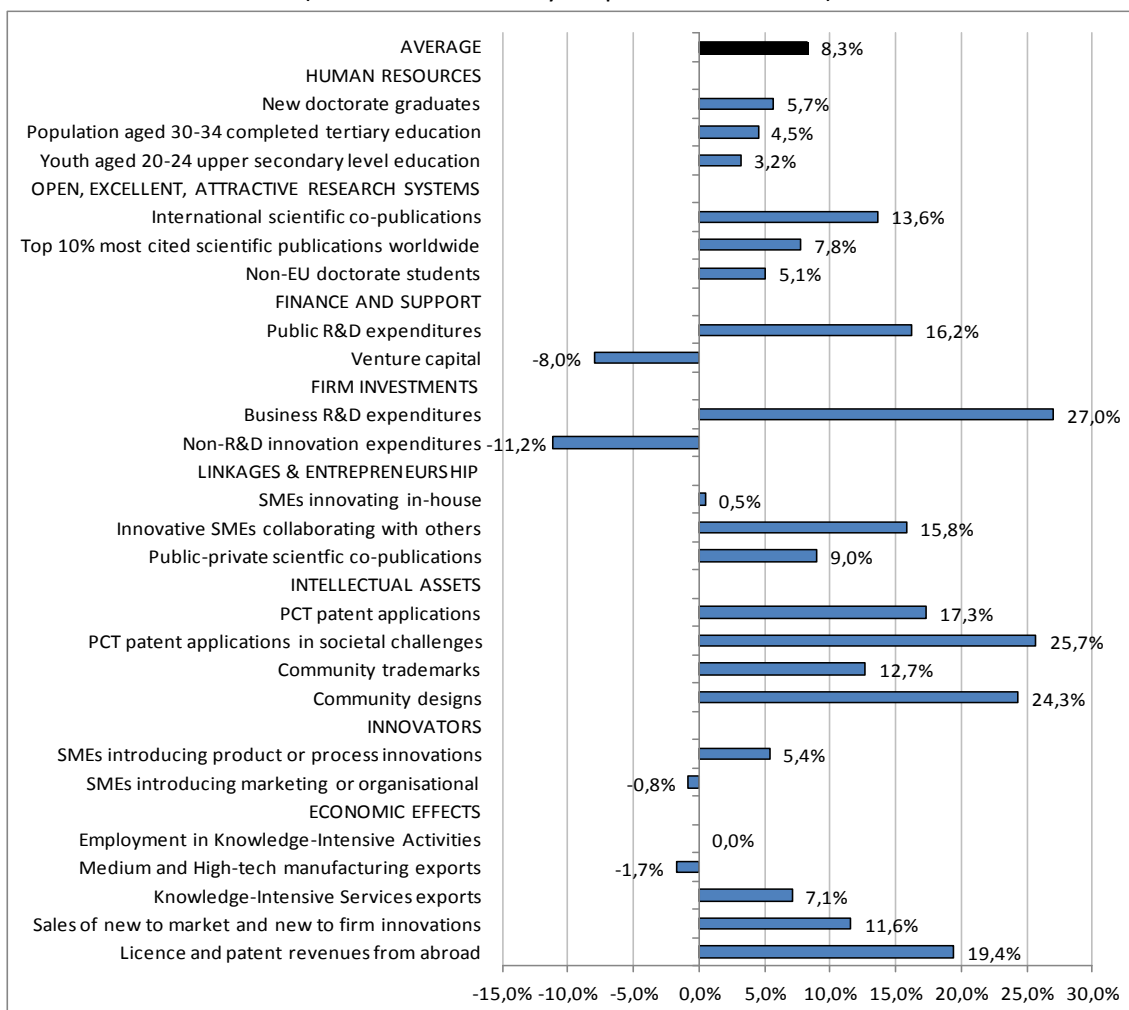
- As empresas que investiram na I&D apresentam uma dinâmica mais positiva na criação líquida de emprego em particular as pequenas e médias empresas;

- Este saldo líquido de criação de emprego é particularmente positivo nas empresas que já nasceram da dinâmica da I&D – as *spin-off* do sistema C&T.

No caso das “spin-off” a dinâmica de criação de emprego tanto maior quanto a dimensão que já atingiram, o que é indiciador da sustentabilidade do seu crescimento.

Trabalhámos ainda estatísticas de âmbito mais macro para perceber a importância que a I&D empresarial e a inovação já têm na economia portuguesa e identificar tendências de evolução. Alguns desses resultados estão divulgados, nomeadamente através do **Portal do PEProbe** sob o título genérico de “[Portugal grows in innovation performance](#)”. É evidenciado, pelo gráfico reproduzido abaixo, que o bom comportamento de Portugal no “indicador sintético de Inovação” do *Innovation Union Scoreboard*, se deve não só às variáveis da despesa, e da investigação universitária, mas também já, e principalmente, ao crescimento da despesa com a I&D empresarial e às variáveis que medem os seus resultados, nomeadamente as variáveis que medem o registo de Propriedade Intelectual, a “exportação de serviços intensivos em conhecimento”, as “vendas de novos produtos pelas empresas inovadoras” e os “rendimentos do estrangeiro de licenças e patentes”.

Portugal: Annual average growth per indicator and average growth
(Growth rates in a 5 year period: 2005-2009)



Fonte: Innovation Union Scoreboard 2010.

3. Dinamização de novos projetos e apoio à valorização dos resultados

Em 2011 continuámos a dinamizar a participação das empresas portuguesas em bolsas de contacto quase exclusivamente internacionais. Com efeito mesmo duas das três organizadas em território nacional tiveram âmbito internacional. Uma delas foi realizada no âmbito da rede IBEROEKA sobre o tema estratégico da exploração dos “litios pegmatitos”.

Bolsas de Contacto	Ano	Local	Participantes	Países	Empresas	Insti. de I&D	Outros	Reuniões Bilaterais
Mobile World Congress Brokerage Event	2011	Barcelona	353	22	25	0	0	99
CEBIT - Future Match brokerage	2011	Hannover	261	35	11	1	0	104
BE2WEEN @ TERRATEC/ENERTEC	2011	Leipzig	173	21	1	0	0	6
Ecobuild Matchmaking Event	2011	Londres	209	17	13	0	0	41
Expoenergética	2011	Valência	229	12	6	0	0	46
Genera	2011	Madrid	176	12	8	0	0	59
Intersolar	2011	MunIQUE	65	19	1	0	0	5
Cross Media Summit	2011	Roma	33	6	3	0	0	19
Web X Company Mission	2011	Porto	98	9	45	0	0	162
IBC Matchmaking Event	2011	Amsterdão	235	24	13	0	0	38
EINNOVEST & HTIA Conference	2011	Jerusalém	5140	12	4762	0	378	
Food I&DT	2011	Lisboa	38	3	15	20	3	40
Green Business Meetings (POLLUTEC)	2011	Paris	205	24	2			7
XI Fórum IBEROEKA Segurança Alimentar - Tecnologias para a produção e qualidade	2011	Rep. Dominicana	188	21	84	56	18	298
ICT Proposers' day 2011	2011	Budapest HU	258	34	4			26
Valorização de Pegmatitos Litíferos	2011	Lisboa	84	6	31	40	13	45

Estes *Brokerage-Events* foram organizados no âmbito de várias redes em que participámos, que visam a internacionalização da I&D (como é o caso do EUREKA e IBEROEKA, de que já falámos) e de outras redes e programas de cooperação internacional que visaram também a dinamização de projetos e a sua valorização internacional. É o caso da “Enterprise European Network,” e dos projetos “Atlant-kis” e “Food SME-Hop”.

A **Enterprise Europe Network** é uma rede Europeia que disponibiliza serviços de apoio à inovação e internacionalização, proporcionando o acesso a novos mercados internacionais, com o objectivo de promover o desenvolvimento empresarial e o aumento da competitividade no espaço europeu.

Criada pela Comissão Europeia (CE) no âmbito do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação, a *Enterprise Europe Network* constitui a maior rede de informação lançada na Europa. Seguindo uma lógica de “serviço de balcão único”, especialmente orientado para as PME, é constituída por mais de 600 pontos de contacto em mais de 50 países que, em ligação permanente, potencializa a eficácia da sua intervenção junto das PME.

Proporcionando um melhor acesso e proximidade para apoio às PME (operacionalizando o conceito *no wrong door*), esta rede disponibiliza um conjunto diversificado de serviços, abrangendo várias áreas de intervenção.

Em Portugal o consórcio é liderado pelo IAPMEI e integra como parceiros a Agência de Inovação, o INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, o CEC – Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comércio e Indústria do Centro, a AIMinho – Associação Industrial do Minho, a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara do Comércio e Indústria da Madeira e a CCIPD – Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

A Agência de Inovação tem neste consórcio a responsabilidade de coordenar e dinamizar as atividades de carácter tecnológico e de ligação entre as PME e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Durante o ano de 2011 a equipa da AdI desenvolveu as seguintes atividades:

Ações de informação e aconselhamento especializado

- Co-organização de 8 *infodays* dedicados a convocatórias do 7º PQ, em parceria com o GPPQ;
- Co-organização da Conferência “Inovação e Competitividade” em parceria com a COTEC;
- Organização de 3 seminários apresentando os serviços da Rede Enterprise Europe e temas relacionados internacionalização e parcerias de inovação;
- Participação como orador convidado apresentando a Rede Enterprise Europe nos seguintes eventos:
 - *FP7 Space and GMES Symposium* 26 de Maio, Lisboa;
 - *Oportunidades de Financiamento de I&D para PME*, 14 de Julho, Porto;
 - *Feira Internacional de Negócios para PME*, 8 de Outubro, Porto;
- Participação em feiras com *stand*:
 - *Food IDT* na feira Alimentaria, 27/30 de Março, Lisboa;
 - *Health Innovation & Technology Transfer Showcase*, 27 de Setembro, Braga;
 - *Portugal Exportador*, 13 de Outubro, Lisboa;
 - *Feira do Empreendedor*, 17/19 de Novembro, Porto;
- Participação no júri do Prémio Nacional das Indústrias Criativas;
- Participação nos eventos de dinamização do empreendedorismo “*So you think you can pitch*”;
- Dinamização do *website* BTEC www.bolsatecnologia.pt que mantém online uma base de dados de Oferta e Procura de Tecnologias nacionais e internacionais com mais de 6000 perfis continuamente atualizados.

Resultados

Total de participantes nos eventos: 648.

Total de destinatários alvo das ações de divulgação, *newsletters* e *mailings*> 35.000.

Serviços de *brokerage*

- Reuniões e apresentação de serviços a novos clientes: 59;
- Co-organização de 8 eventos de *brokerage*:
 - *BE2WEEN (DE)*;
 - *Mobile World Congress (SP)*;
 - *EGETICA-EXPOENERGETICA (SP)*;
 - *CEBIT Future Match (DE)*;
 - *Matchmaking Event – ECOBUILD 2011 (UK)*;
 - *GENERA 2011 (SP)*;
 - *ICT Proposers’ Day (HU)*;
 - *IBC 2011 Matchmaking Event (NL)*.

Como fruto da divulgação de outros eventos da Rede algumas entidades e empresas portuguesas participaram directamente em outros *brokerages* como: *Intersolar 2011 (DE)*, *Biotechnica BioBusinessMatchmaking 2011 (DE)*, *Cluster the Cluster (IT)* e *Pollutec Green Business Meetings (FR)*.

- Organizamos duas missões empresariais em Portugal Web X.0 e outra dirigida ao sector dos têxteis-lar e promovemos a participação de empresas portuguesas em 2 missões no estrangeiro, *Life Sciences Scotland*, na Escócia e *Cross Media Summit 2011* em Itália.

Resultados

Total de participantes nos eventos: 125.

Total de reuniões nos *brokerages* e missões: 547.

Total de perfis tecnológicos promovidos nos eventos: 142.

Número de acordos de transferência de tecnologia: 7.

Número de acordos comerciais: 5.

Número de parcerias para projetos europeus de I&D: 5.

O projeto está a decorrer de acordo com o plano proposto para 2011-2012 e espera-se que os objetivos do contrato venham a ser superados em 2012.

A Agência de Inovação integra o **projeto Europeu ATLANT-KIS** com a finalidade de conhecer e promover o desenvolvimento de Serviços de Conhecimento Intensivo para as PME no espaço Atlântico. O projeto é liderado pela região de Navarra, Espanha e para além da região Norte, participam ainda regiões da França (Bretanha), Irlanda (Southern and Eastern; Border, Midland and West), Espanha (Galiza), e Reino Unido (Devon and Cornwall).

Este projeto é financiado pela União Europeia através do Programa Trans-regional do Espaço Atlântico.

O Projeto ATLANT-KIS pretende influenciar favoravelmente as condições de desenvolvimento das organizações do setor público e privado que operam na Área do Espaço Atlântico, com *portfolios* de SCI (Serviços de Conhecimento Intensivo) O projeto propõe o desenvolvimento de instrumentos para o fomento dos SCI, a criação de plataformas que facilitem as ligações entre a oferta e a procura deste tipo de serviços ao nível regional e transnacional promovendo a interação e o estabelecimento de redes europeias.

Como objetivo de longo prazo, o projeto pretende contribuir para o desenvolvimento de um ambiente favorável à criação de Cluster de SCI, que favoreça o reconhecimento do Espaço Atlântico como uma área de serviços de excelência.

Consideram-se no âmbito deste projeto Serviços de Conhecimento Intensivo (SCI) os relacionados com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Consultoria em Gestão Estratégica, Business *Intelligence* e Análise de Mercados, entre outros.

Em 2010, foi feita a identificação, das necessidades latentes e dos serviços disponíveis e de boas práticas nas regiões envolvidas através da auscultação às empresas e organizações com atividade neste setor e da organização de uma sessão de brainstorming em Outubro no Porto.

Em 2011, seguiu-se a fase de identificação e levantamento de 59 boas práticas, nas diferentes regiões envolvidas. Em Portugal foram selecionadas as seguintes 8 boas práticas (NEOTEC, BTEC - Bolsa de Oferta e Procura de Tecnologia, COHiTEC, Lanches à Sexta, Innovation Scoring (COTEC), FINICIA - Eixo I – para projetos com elevado potencial de crescimento e uma forte componente inovadora, Programa IDEIA, Metodologia IDEA PUZZLE).

Foram ainda escolhidas três boas práticas de outras regiões (IDEAGEN e *Owner Manager Networks* da SERA Irlanda e NAVACTIVA *Platform* de Navarra). Estas boas práticas foram adaptadas à realidade portuguesa e com base nessa adaptação foram preparadas 3 acções piloto para apresentação das mesmas à comunidade de SCI e PMEs. Realizou-se em 3-Nov-2011, no Porto o 1º Seminário do Clube da Inovação ATLANT-KIS com apresentação das Boas Práticas *Owner Manager Networks* e a metodologia IDEA PUZZLE.

Em Maio 2011, foi realizado um evento de *networking* em *Cork* na Irlanda, onde participaram várias entidades portuguesas (empresas, centros tecnológicos e agentes de inovação).

Está em desenvolvimento a adaptação do *website* “Mercado da Inovação” que inclui um conjunto de funcionalidades da plataforma NAVACTIVA e que pretende dar visibilidade às entidades e empresas KIS portuguesas numa plataforma que permite apresentar serviços de conhecimento intensivo em paralelo com a Bolsa de Tecnologias BTEC e que ficará disponível em 2012.

Para a apresentação e teste da metodologia IDEAGEN será realizado um *workshop* em colaboração com o departamento de empreendedorismo da TecMinho no início de 2012.

O evento final do projecto irá decorrer em Março de 2012 no Porto onde serão apresentados os resultados do projecto e será organizada uma sessão de *networking* com KIS, PME e agentes da política regional de inovação das regiões envolvidas.

O **projeto Food SME-HOP** é um projeto de cooperação inter-regional, co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do programa Interreg IV B SUDOE.

O consórcio é constituído por 7 instituições de Espanha, França e Portugal. É liderado pelo AINIA Centro Tecnológico (Espanha) e integra como parceiros a Agência de Inovação e o IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Portugal, o Institut dels Corps Gras ITERg em

França, o Institut de Recerca i Tecnologies Agroalimentàries IRTA, Fundación para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología em Extremadura FUNDECYT e a Agencia Andaluza del Conocimiento em Espanha.

O objetivo final do projeto Food SME-HOP é melhorar a competitividade e a capacidade de inovação do tecido empresarial agro-alimentar do espaço SUDOE, aumentando o número de PME com atividade de I&D no setor e favorecendo a transferência de tecnologia dos centros de investigação para as empresas. Para isso, foram identificadas 130 PME das 6 regiões abrangidas pelo projeto (Andaluzia, Catalunha, Valência, Estremadura em Espanha, Aquitânia em França e Norte e Centro de Portugal), que beneficiarão de apoio personalizado e atividades de formação concebidas à medida das suas necessidades.

Em termos de gestão da inovação, as PME beneficiárias receberão apoio personalizado em sistemas de gestão da inovação, investigação e desenvolvimento e transferência de tecnologia. Terão também acesso a um sistema de Vigilância Tecnológica que inclui a informação mais recente relacionada com alimentos saudáveis com o objetivo de melhorar a sua competitividade. Em termos de apoio tecnológico, as PME receberão informação técnica atualizada sobre redução/substituição de sal, açúcar, gorduras e/ou aditivos e formação específica nestes mesmos temas. Serão ainda levados a cabo 4 projetos de demonstração com PME inscritas no projeto.

O projeto teve início em 1 de Janeiro de 2011 e, durante o ano de 2011, a equipa da AdI desenvolveu as seguintes atividades:

Reuniões de Consórcio

- Reunião de *Kick-off* – Valencia (AINIA), 14 e 15 de Fevereiro
- Sevilha, 28 de Junho
- Reunião virtual, 21 de Setembro
- Pessac, 7 de Novembro

Atividades do Projeto

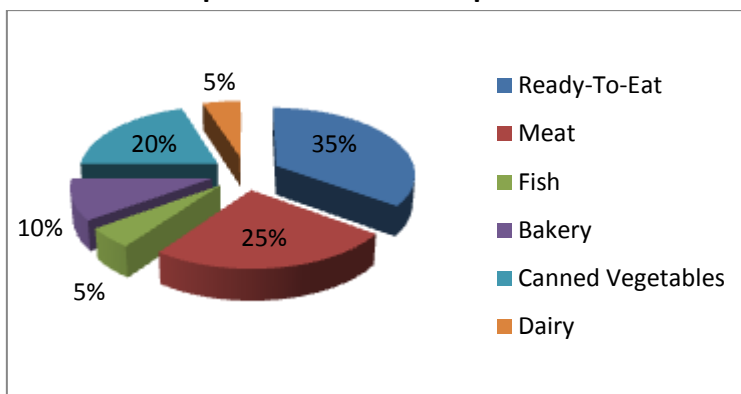
- Preparação da documentação disponível no *web site* do projeto
- Preparação de documentação específica para cada uma das empresas selecionadas
- Elaboração de Mapa de Agentes de Inovação
- Elaboração de Catálogo de Linhas de I&D
- Elaboração de Guia de Apoios Financeiros
- Elaboração de templates para visitas às empresas: relatórios de visita, relatórios de continuidade
- Elaboração de protocolo para seminários de formação
- Testes e formatação da Plataforma de Vigilância Tecnológica

Identificação de PME beneficiárias

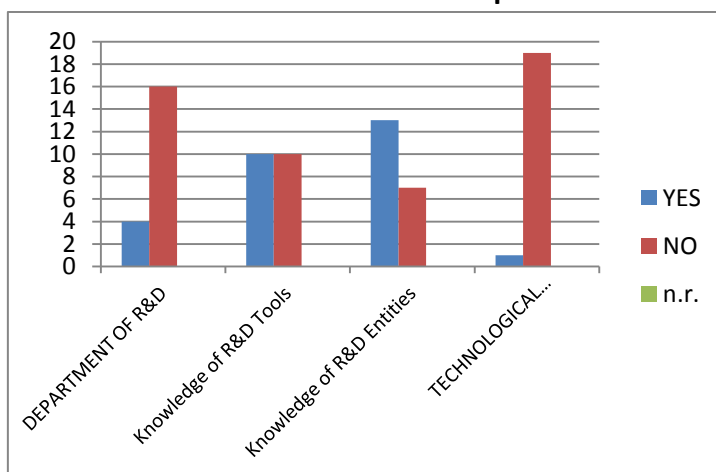
- Foram contactadas 56 PME dos setores de Panificação, Conservas, Peixe, Carnes, Laticínios, Pronto-a-Comer. Destas, foram selecionadas 20 para beneficiárias do projeto.

Foi realizada uma primeira reunião com cada uma das empresas beneficiárias para levantamento das suas necessidades específicas e das suas características:

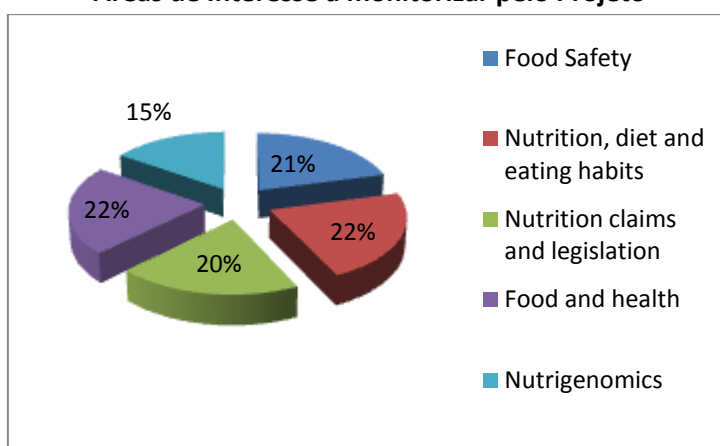
Empresas Beneficiárias por Setor



Atividades de I&D em Empresas



Áreas de Interesse a monitorizar pelo Projeto



O projeto está a decorrer de acordo com o planeado em candidatura e o *feedback* das empresas tem sido bastante positivo.

5. Contributos para as Políticas de Inovação

Desde a sua criação que a AdI tem tido uma postura ativa na política de inovação respondendo a pedidos de pareceres e tomando a iniciativa de fazer propostas de medidas para melhorar a política de inovação, incorporando a sua experiência sobre o impacto das políticas implementadas e a perceção da evolução das necessidades e novas potencialidades. O ano de 2011 foi particularmente intenso neste eixo de atividade.

Por solicitação do Secretário de Estado da Inovação a Agência de Inovação participou ativamente, em colaboração com a COTEC, nos trabalhos para o contributo português para a “**Innovation Union**”, uma das iniciativas bandeira da estratégia “Europa 2020” da Comissão Europeia. Participámos na organização de um processo de Audição Pública sobre o tema “**Agenda da Inovação Portugal**”, que se materializou com a organização de reuniões em vários locais do país sobre temas como “Internacionalização e Inovação”, “Financiamento da Inovação Empresarial”, “Acelerar a Circulação do Conhecimento Aplicado” e “Empreendedorismo e Educação para Potenciar a Inovação”, que culminou com uma reunião de balanço final no CCB.

Além da participação na organização das reuniões a AdI participou no processo de análise e discussão de propostas, tendo ainda contribuído com o “**Inquérito à Valorização de Resultados**”, já referido noutra parte deste Relatório, e elaborado um contributo com “**Propostas de medidas, com base na inovação, que articulem o combate à crise com a mudança estrutural, o curto com o longo prazo**”.

Elaborámos ainda uma análise sobre a articulação da participação das empresas nos projetos apoiados pelo **QCA** e no **Programa Quadro** sugerindo medidas para aumentar a participação das empresas nestes programas.

Demos parecer sobre várias medidas de política, nomeadamente sobre as melhorias a introduzir ao **SIFIDE no Orçamento para 2012**.

Elaborámos uma proposta para repor a medida de **apoio à colocação de doutores nas empresas**.

No âmbito da nossa participação no **QREN**, na sequência do que foi feito nos anos anteriores, fizemos várias propostas para melhorar e otimizar o funcionamento das medidas a nosso cargo.

A pedido de outras entidades, como DGAE demos parecer e participámos em reuniões nomeadamente com a CE.

No âmbito da Iniciativa EUREKA o coordenador do projeto português coordena, a convite da presidência húngara, os trabalhos do grupo dedicado ao **financiamento de projetos de expansão de PMEs** inovadoras.

Ainda no plano internacional a nossa **participação no ECOPOL** visa também a análise das melhores práticas e a fundamentação de medidas de política nesta área de importância crescente e decisiva para a inovação.

O projeto ECOPOL (*Public innovation partnership for better policies and instruments in support of eco-innovation*) teve o seu arranque operacional, durante a reunião nos dias 03 e 04 do mês de Fevereiro de 2011, na cidade de Lahti-Finlândia.

Os trabalhos do projeto desenvolveram-se como o planeado, e como tal, as tarefas associadas à componente analítica das políticas de suporte à Eco-inovação, em cada um dos três domínios (1-Compras públicas ecológicas/WP3, 2- Gestão de resíduos e reciclagem/WP5, 3- Internacionalização de empresas Eco-inovadoras/WP6), tiveram o seu início ainda no mês de Fevereiro, com a preparação das reuniões em Portugal dos grupo trabalho de “Gestão de resíduos e reciclagem” e “Cooperação internacional, comércio e investimento”. Estas reuniões foram organizadas na AdI e tiveram lugar nos dias 07 e 08 de Abril de 2011. Nestas reuniões, foi possível concluir a organização dos grupos de trabalho e lançar os respetivos planos de atividades para os seguintes 6 meses.

Em Junho de 2011 foram lançadas todas as restantes atividades. Nomeadamente as que se prendiam com as atividades de implementação. Este lançamento teve lugar durante as reuniões do “grupo de reflexão-WG1” e de “gestão do projeto-WG8”, nos dias 21 e 22 de Junho. A AdI participou nestas reuniões e contribuiu para a discussão do estabelecimento de referências em matéria de Eco-inovação, bem como para a integração das novas atividades, no plano inicialmente elaborado.

A AdI esteve particularmente empenhada desde esta última reunião, até ao final do mês de Setembro de 2011, nos trabalhos de coordenação do WP6, no levantamento de “Boas práticas e instrumentos” que pudessem promover a “eco-inovação, bem como na articulação da posição nacional (AdI-APA e outras entidades, nomeadamente a DGAE, ANCP, AICEP, APEMETA entre outras) no consórcio. No mês de Setembro, nos dias 21 e 22, foram realizadas em Lahti-Finlândia, as segundas reuniões dos grupos trabalho de “Gestão de resíduos e reciclagem” e “Cooperação internacional, comércio e investimento”, para poderem ser apresentados e discutidos estes resultados. Na sequência dos trabalhos do grupo de “Gestão de resíduos e reciclagem” em Lahti, no dia 23 de Setembro, a AdI participou numa visita de estudo a um conjunto de casos Finlandeses, como exemplos locais de gestão de resíduos e reciclagem.

No final de Outubro de 2011, foi produzido o primeiro “deliverable”, que constitui a lista de “Boas práticas e instrumentos” consolidada entre os países do consórcio, com base no levantamento efetuado por cada parceiro. Esta lista, permitirá daqui em diante, suportar as atividades associadas à implementação de pilotos de “Boas práticas e instrumentos” que se julguem oportunas transferir em cada país, a decorrer em 2012. Suportará ainda a continuação do trabalho analítico em matéria de recomendações, que é esperado terminar no primeiro semestre de 2012.

ANEXO 1

Em cumprimento com o disposto no artigo 13.º- A, do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e de acordo com a aplicação dos Princípios de bom governo, consignados no ponto 29 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, as empresas públicas devem:

“Incluir nos seus relatórios de gestão um ponto relativo ao governo das sociedades do qual conste, designadamente, os regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita, as informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas e as remunerações dos membros dos órgãos sociais, bem como uma análise de sustentabilidade e, em geral, uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.”

Ponto 1 – Governo Societário

1. Missão, objetivos e políticas da empresa

1.1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida

A Lei 55 A/2010 de 31 de dezembro respeitante ao Orçamento de Estado para 2011 determinou para a Administração Pública e para o Setor Empresarial do Estado várias medidas restritivas, incidindo, fundamentalmente, ao nível dos custos, às quais a Adl deu integral cumprimento durante o período a que este relatório se refere.

As medidas incidiram fundamentalmente, durante o ano de 2011, num plano de contenção nas várias rubricas, no tocante a Fornecimentos e Serviços Externos e custos com o Pessoal.

Independentemente das restrições apresentadas, a Adl continuou a assumir a sua missão de promover a inovação e desenvolvimento tecnológico facilitando o aprofundamento das relações entre o mundo da investigação e o tecido empresarial português.

O cumprimento da nossa missão encontra-se esclarecido nos pontos 1 a 5 do Relatório de Gestão de 2011.

1.2. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos

Os principais objetivos da Adl são definidos da seguinte forma:

- Promover a inserção de Recursos Humanos altamente qualificados nas empresas;
- Apoiar a inovação de base tecnológica através da I&D;
- Estimular a interligação das empresas com as instituições de I&D²;
- Incentivar a valorização dos resultados de I&D;

² I&D – Investigação e Desenvolvimento

- Promover a transferência de tecnologia.

Do mesmo modo, o cumprimento dos nossos objetivos encontra-se identificado nos pontos 1 a 5 do Relatório de Gestão 2011.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Sendo a Agência de Inovação uma sociedade anónima está sujeita, para além do previsto nos seus Estatutos, às normas constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que os Acionistas da Adl são detidos total ou parcialmente pelo Estado, a Adl está, ainda, sujeita, naquilo que lhe é aplicável, ao Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23 de agosto, Lei 64-A/2008, de 31 de dezembro e Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro e ao Estatuto do Gestor Público regulado pelo Decreto-Lei nº. 71/2007, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de janeiro e Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro.

No cumprimento do objeto social da Adl, nomeadamente, o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal, a Adl suporta-se de um conjunto de Programas e/ou Projetos dos quais podemos destacar:

QREN - A Adl é o Organismo Técnico competente para os Projetos contemplados no Regulamento do SI&DT³ nas empresas do Programa QREN, ou seja, os projetos em Co-Promoção entre empresas ou entre empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico e os projetos Mobilizadores.

Desse modo encontra-se sujeita ao cumprimento, entre outros, do disposto nos seguintes diplomas:

- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão aprovado em CMC QREN em 18/09/2009 e retificado em 20/04/2010, em 21/01/2011 e 21/12/2011;
- O “Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade 2007-2013”;
- Os Regulamentos dos Programas Operacionais Regionais do Continente: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve;
- O “Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN”;
- Regulamento de Execução da Assistência Técnica, aprovado pela CMC do POFC em 16/07/2008;
- Regulamento Específico Assistência Técnica, aprovado pela CMC dos PO Regionais do Continente em 19/06/2008 e alterado em 05/06/2009;

³ SI&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e ao Desenvolvimento Tecnológico

SIFIDE - Sendo membro da Comissão Certificadora do SIFIDE⁴ e entidade responsável pelo apoio logístico e administrativo à respetiva Comissão deve cumprir com o estipulado no Despacho n.º 3368/98 (2.ª Série) e demais legislação sequente.

EUREKA - A Adl é a Entidade Nacional representante do Programa Eureka é obrigada a cumprir o estipulado no Despacho Conjunto MNE/ME/MCT DR n.º 60, II Série, de 12 de Março de 1997 bem como as regras e responsabilidades definidas pelo Programa Eureka.

Nesse âmbito e com o aparecimento do Programa Eurostars, que surgiu como uma nova forma de apoio às PME's⁵ com atividades de I&D e resulta do esforço de colaboração entre a Iniciativa EUREKA e a Comissão Europeia, sendo a Adl a Entidade Gestora do mesmo, deve igualmente cumprir com o contrato celebrado com o Secretariado do Eureka, bem como as orientações supra referidas.

COMISSÃO EUROPEIA - De igual modo, na prossecução do objeto social a Adl é entidade promotora em vários projetos co-financiados por programas da Comissão Europeia, nomeadamente o 7.º PQ, o CIP e o INTERREG onde devemos cumprir quer as normas definidas por cada Programa, os regulamentos da Comissão Europeia bem como os regulamentos definidos pelo IFDR enquanto Controlador Nacional desses Programas.

Quanto aos procedimentos a adotar para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Adl está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Relativamente a matéria laboral e social, a Adl rege-se pelo Código do Trabalho e Regulamentação ao Código do Trabalho e demais legislação complementar, aprovada pela Lei 7/2009 de 12 de fevereiro retificada pela Lei 21/2009, de 18 de março e regulamentada pela Lei 105/2009, de 14 de setembro, alterada pela Lei 53/2011, de 14 de outubro e pela Lei 3/2012, de 10 de janeiro.

Em termos de normas internas, estas encontram-se estabelecidas no clausulado dos contratos de trabalho e nas normas e procedimentos dos programas que gerimos.

3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas refere-se o pagamento das rendas, que passaram a ser feitas ao IAPMEI, na sequência das alterações institucionais que envolveram o INETI.

4. Informação sobre outras transações

4.1. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, a Adl é entidade adjudicante, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 2 do DL 18/2008, e como tal as adjudicações realizadas no ano de 2011, tiveram por base a legislação em vigor.

De forma sucinta podemos agrupar as aquisições de bens e serviços em três grupos:

⁴ SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial

⁵ PME's – Pequenas e Médias Empresas

- A maioria das despesas foi efetuada ao abrigo dos artigos 128º e 129º, ou seja pelo procedimento de Ajuste Direto, regime simplificado;
- As aquisições com valores acima dos 5.000,00 € foram realizadas através da plataforma eletrónica *compras.pt*;
- Os contratos de prestação de serviços em vigor foram celebrados ao abrigo do DL 197/99 de 8 de Junho.

4.2. Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

Não se verificou nenhuma transação que tenha ocorrido sem respeitar as condições, procedimentos e regras de mercado.

4.3. Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)

IAPMEI, pagamento de rendas	185.057,98 €
-----------------------------	--------------

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos órgãos sociais

O capital social da Agência de Inovação – Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A. é de 5.176.376,50 € composto por 1.037.350 Ações com o valor nominal de 4.99 Euros cada, encontrando-se totalmente realizado e sendo detido pelas seguintes entidades:

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%
PME Investimentos	33%
IAPMEI	17%

Conselho de Administração

Presidente: Dr. Lino Manuel Gomes Fernandes

Vice-Presidente: Eng. António Paulo Sá e Cunha

Vogal não Executivo: Eng. Fernando Duarte Bello Pinheiro

Fiscal Único

Efetivo: ABC - Azevedo Rodrigues, Batalha & Costa, SROC, representada por José Maria Monteiro Azevedo Rodrigues, ROC

Suplente: João da Rocha Abrantes Costa, ROC

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

6.1. Estatuto remuneratório

Mesa Assembleia Geral

Presidente: Prof. Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral – senha de presença de 670,00 €

Conselho de Administração

Decorrente da Lei 12 A/2010 de 30/06 – art.º 12.º e da Lei 55 A/2010

Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 5.105,21 € paga 14 vezes por ano;

Em abril de 2011 foi efetuada a redução de 2.627,23 € referente a 9 meses de redução salarial nos termos da Lei 12 A/2010, decorrente da informação prestada apenas nesta data da obrigatoriedade da aplicabilidade da referida legislação desde 01 de junho de 2010.

Vice-Presidente: Remuneração mensal ilíquida de 4.645,22 € paga 14 vezes por ano;

Em abril de 2011 foi efetuada a redução de 2.390,51 € referente a 9 meses de redução salarial nos termos da Lei 12 A/2010, decorrente da informação prestada apenas nesta data da obrigatoriedade da aplicabilidade da referida legislação desde 01 de junho de 2010.

Vogal não Executivo: Sem qualquer remuneração mensal.

Fiscal Único: Remuneração de 790,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, 12 vezes por ano.

Fiscal Único	2010	2011 **
Remuneração anual auferida (€)	9.480,00 €	9.480,00 €
** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2010 (Lei OE/2011) Sim ___ Não <u>X</u>		

A Adl tem cumprido com as obrigações previstas na Lei 55 A/2010 referente ao decréscimo médio de 15% no custo das aquisições de bens e serviços. No caso da remuneração do Fiscal Único aguardamos parecer quanto à aplicabilidade na Adl do referido art.º 22.º da Lei 55 A/2010, sendo que em 2011 não foi efetuada qualquer redução na remuneração. De notar que o valor da prestação de serviços mantém-se inalterado desde 2002.

6.2. Remunerações e outras regalias auferidas no ano de 2011

REMUNERAÇÕES 2011	PRESIDENTE	VICE PRESIDENTE
1. REMUNERAÇÃO		
1.1 REMUNERAÇÃO BASE ANUAL/FIXA	83.594,00 €	76.062,00 €
1.2 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 12-A/2010	4.179,70 €	3.803,10 €
1.3 REDUÇÃO DECORRENTE DA LEI 55-A/2010	7.941,36 €	7.225,82 €
1.4 REMUNERAÇÃO ANUAL EFECTIVA (1.1-1.2-1.3)	71.472,94 €	65.033,08 €
1.5 SENHA DE PRESENÇA	---	---
1.6 ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES DE GESTÃO	---	---
1.7 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	---	---
1.8 IHT (SUB. DE ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO)	---	---
1.9 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---

REMUNERAÇÕES 2011	PRESIDENTE	VICE PRESIDENTE
2. OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES		
2.1 PLAFOND ANUAL EM COMUNICAÇÕES MÓVEIS	ILIMITADO	ILIMITADO
2.2 GASTOS NA UTILIZAÇÃO DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS	641,74 €	2.296,63 €
2.3 SUBSÍDIO DE DESLOCAÇÃO	---	---
2.4 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	1.384,56 €	1.032,01 €
2.5 OUTRAS (AJUDAS DE CUSTO)	163,15 €	---
3. ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS		
3.1 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL	6.302,72 €	8.360,02 €
3.2 SEGUROS DE SAÚDE	---	---
3.3 SEGUROS DE VIDA	---	---
3.4 SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS	---	---
3.4 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---
4. PARQUE AUTOMÓVEL		
4.1 MARCA	VOLVO	AUDI
4.2 MODELO	S60 2.4 D5	A4 AVANT 1.9 TDI
4.3 MATRÍCULA	99-00-UT	00-84-XP
4.4 MODALIDADE DE UTILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO/ALD/RENTING/LEASING)	AQUISIÇÃO	AQUISIÇÃO
4.5 VALOR DE REFERÊNCIA DA VIATURA NOVA	---	---
4.6 ANO INÍCIO	---	---
4.7 ANO TERMO	---	---
4.8 Nº PRESTAÇÕES (SE APLICÁVEL)	---	---
4.9 VALOR RESIDUAL	---	---
4.10 VALOR DA RENDA/PRESTAÇÃO ANUAL DA VIATURA DE SERVIÇO	---	---
4.11 COMBUSTÍVEL GASTO COM A VIATURA	2.293,42 €	5.807,96 €
4.12 PLAFOND ANUAL COMBUSTÍVEL ATRIBUÍDO PARA USO PESSOAL	3600 LTS.	3600 LTS.
4.13 OUTROS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---
5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
5.1 OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO DO LUGAR DE ORIGEM (S/N)	N	N
5.2 REMUNERAÇÃO ILÍQUIDA ANUAL PELO LUGAR DE ORIGEM	39.832,80 €	53.547,76 €
5.3 REGIME DE PROTEÇÃO SOCIAL		
5.3.1 SEGURANÇA SOCIAL (S/N)	N	N
5.3.2 OUTRO (INDICAR)	ADSE+CGA	ADSE+CGA
5.4 EXERCÍCIO FUNÇÕES REMUNERADAS FORA GRUPO (S/N)	N	N
5.5 OUTRAS (IDENTIFICAR DETALHADAMENTE)	---	---

7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

7.1. Estratégias adotadas

7.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

7.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, social e ambiental e salvaguardar normas de qualidade [pontos abordados no Relatório de Gestão]

7.4. Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa Entendemos que a conjuntura económica atual seja uma dificuldade em algumas vertentes da nossa atividade, nomeadamente em relação ao financiamento de algumas linhas de atividade, dada a incerteza da sua manutenção;

7.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial Para precaver as situações referidas a Adl tem vindo a candidatar-se a outros programas, que dentro das linhas da sua atividade gerem fontes de financiamento complementares, assim como tem vindo a estudar e a fundamentar o aprofundamento de outras linhas de trabalho.

A Adl define-se pelo cumprimento dos Princípios de bom governo definidos no anexo à RCM n.º 49/2007, destacando a existência de um sistema de controlo de riscos, adequado à proteção dos seus ativos, bem como o cumprimento da prevenção de conflitos de interesses pelos membros do Conselho de Administração.

A gestão da Adl teve sempre presente, ao longo de 2011, os princípios de Responsabilidade Social, Desenvolvimento Sustentável e de Serviço Público que devem nortear a atividade.

7.6. Responsabilidade Social

7.6.1. Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação

A Adl pratica e promove a absoluta igualdade de oportunidades, quer ao nível do recrutamento de novos colaboradores, quer ao nível da evolução profissional e recusa qualquer prática de discriminação, designadamente em função de género, ideologia, religião ou raça.

7.6.2. Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores.

A Adl pratica e promove a manutenção da boa condição física e psíquica dos colaboradores através dos cuidados ao nível do cumprimento das obrigações no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde do Trabalho.

7.6.3. Adoção de práticas ambientalmente corretas

A Adl adota os princípios do desenvolvimento sustentável assumindo a vertente ambiental como parte integrante do seu desempenho empresarial através de

ações internas de comunicação e divulgação de boas práticas ambientais junto dos colaboradores bem como o cumprimento da legislação nacional em vigor e da melhoria das condições do local de trabalho.

7.7. Desenvolvimento sustentável

7.7.1. Criação de valor para o acionista e promoção da proteção ambiental

Desenvolvimento sustentável traduz-se na procura da satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades e possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

A Adl promove o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a inovação tecnológica e empresarial em Portugal tendo vindo a dinamizar projetos numa vertente mais ecológica e ambiental, promovendo igualmente a inovação ao nível do setor agroalimentar e das energias renováveis.

A criação de valor e desenvolvimento sustentável é transmitido pelo incremento do I&DT em Portugal e o cumprimento dos objetivos definidos no Plano Tecnológico.

7.7.2. Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)

Neste campo, fruto dos condicionalismos subjacentes à conjuntura económica portuguesa aliada à obrigatoriedade de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foi possível fomentar a contratação de pessoal, no entanto existe flexibilidade da Adl na criação de condições possíveis à oportunidade de formação dos colaboradores.

7.8. Serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade

O serviço público que a Adl presta traduz-se no cumprimento dos Programas que gere quer pela taxa de execução dos incentivos ao I&DT aprovados e acompanhados, pelos resultados alcançados, quer pela divulgação e promoção de contactos entre várias entidades.

Além das visitas para encerramento dos Projetos, realizamos inquéritos sobre os resultados. Publicámos recentemente um balanço os 25 anos de atividade EUREKA bem como um Inquérito à Valorização de Resultados em ID&D Empresarial e o Impacto da aplicação de resultados dos projetos de I&D apoiados pela Adl (de 1993 a 2011).

As atividades de divulgação incluem a divulgação ao público em geral como é o caso das Exposições realizadas nas Jornadas de Inovação ou a realização de eventos temáticos.

7.9. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa

Entendemos que este ponto não se aplica quer à missão quer aos objetivos da Adl.

7.10. Planos de ação para o futuro

[ponto abordado no Relatório de Gestão]

8. Viabilidade no cumprimento dos Princípios de Bom Governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), devidamente fundamentada

A Adl, de forma gradual, tem vindo a implementar ações, visando dar integral cumprimento aos Princípios de Bom Governo, através da seguinte forma:

- O desenvolvimento da sua Missão de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 159/2007 de 27 de abril;
- O cumprimento dos objetivos delineados em sede dos vários Programas e projetos existentes na Adl em que intervimos quer como Organismo Técnico, Entidade Gestora ou Promotor;
- A implementação de uma estratégia de contenção das despesas e racionalização dos investimentos a efetuar, procurando obter o maior rendimento com o mínimo custo possível;
- A existência de Auditores Externos;
- A existência de mecanismos para prevenção de conflito de interesses;
- A existência de um *site* próprio na internet (www.adi.pt) com as informações relevantes da empresa bem como a implementação de mecanismos necessários por forma a cumprir com o disposto nos Princípios relativos à divulgação de informação bem como com divulgação pública dos projetos aprovados;

Assim, verifica-se que a Adl cumpre com os normativos que lhe asseguram boas práticas no domínio do Bom Governo empresarial, designadamente no tocante às orientações e princípios fixados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, tendo definido e concretizado ações necessárias ao seu cumprimento e melhorias contínuas.

9. Existência de um Código de Ética

Apesar da existência de vários manuais e documentos formativos, a Adl tem vindo a desenvolver esforços na elaboração e implementação de um Manual de Procedimentos.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa de modo a proteger os investimentos e seus ativos.

No cumprimento do ponto 19 do anexo à RCM nº 49/2007 a Empresa dispõe de um sistema de controlo de riscos, cujos normativos já foram referidos no ponto 1 n.º 2 deste relatório.

11. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Os membros do Conselho de Administração cumprem o estabelecido no ponto 22 do anexo à RCM nº 49/2007 sobre prevenção de conflitos de interesse, isto é, não intervêm em decisões que envolvam os seus próprios interesses e não mantêm relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses.

11.1. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação prevista na RCM 49/2007, de 28 de março

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama		X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética		X		
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Ponto 2 – A explicitação das condições e níveis do cumprimento de orientações e objetivos de gestão previstos encontram-se especificados no Relatório de Gestão.

Ponto 3 – Este ponto referente à gestão do risco financeiro nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro não se aplica à Adl.

Ponto 4 – Em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro e a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril informamos que prazo médio de pagamentos rondou os 22 dias.

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	38	25	25	14	21	19	24	22

Ponto 5 – Os atrasos nos pagamentos nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio, são os seguintes:

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
IAPMEI				X	

Ponto 6 – A Adl tem recorrido a contactos no sentido da verificação e do cumprimento dos deveres especiais de informação nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de maio.

Ponto 7 – A Adl tem cumprido com as recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas.

Ponto 8 – Relativamente ao cumprimento da não atualização dos salários nominais a Adl cumpre com o estipulado no art.º 12.º da Lei 12 A/2010, de 30 de junho, nos art.º 19.º e 24.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro e na Resolução do Conselho de Ministros 1/2011. O detalhe das remunerações pagas consta no ponto 1 n.º 6.2.

Ponto 9 – Relativamente aos procedimentos adotados para a contratação de Empreitadas e Aquisição de Bens e Serviços, encontra-se referido no Ponto 1 n.º 4.1.

Em termos de despesa de valor igual ou superior a 125.000,00€ registamos apenas o pagamento mensal da renda das instalações da Adl em Lisboa cujo contrato foi celebrado em 2004.

Realçamos que a Adl prima pela boa prática de atos de boa gestão em todos os procedimentos efetuados, sendo que, não descurando as características de cada aquisição, os critérios de adjudicação visaram o preço e/ou a relação qualidade/preço.

Ponto 10 - A Adl aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas, no entanto, desenvolve os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através da plataforma eletrónica *compras.pt*

Ponto 11 – Entende-se que o cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos bem como o plano de redução de custos para 2011 explanados no despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril não se aplicam à nossa organização.

Ponto 12 - No que se refere ao cumprimento do previsto no art. 77.º da Lei 55 A/2010, de 31 de dezembro, a Adl aguarda parecer relativo à exigência de abertura de conta no IGCP.

Ponto 13 – Quadro Resumo referente ao cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			8 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X			
Deveres Especiais de Informação		X			
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			15.281,24 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			11.860,14 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			85.285,15 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-14%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-60%	
Princípio da Unidade de Tesouraria		X			

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no valor de **161.105,15 Euros** (cento e sessenta e um mil, cento e cinco euros e quinze cêntimos) seja aplicado €8.055,26 (oito mil, e cinquenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos) no reforço da Reserva Legal, de acordo com o número 1 do Artigo 295 do Código das Sociedades Comerciais, e o restante para Resultados Transitados.

Aprovada a proposta, os Capitais Próprios da Agência de Inovação, S.A., passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital	€5.176.376,50
Reservas Legais	€190.264,06
Resultados Transitados	<u>(€19.286,08)</u>
	€5.347.354,48

B – Contas de 2011

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	943.545,53	1.041.254,68
Propriedades de investimento	9	1.464.279,70	1.499.139,85
Activos intangíveis	7	170.842,63	146.404,25
		2.578.667,86	2.686.798,78
Activo corrente			
Clientes	16	8.953,95	4.960,89
Adiantamentos a fornecedores	16	1.938,59	
Estado e outros entes públicos	15	7.748,25	54.399,32
Outras contas a receber	16	4.786.301,58	6.161.114,40
Diferimentos		63.430,31	84.672,06
Caixa e depósitos bancários	4	6.843.178,03	7.484.798,21
		11.711.550,71	13.789.944,88
Total do activo		14.290.218,57	16.476.743,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	16	5.176.376,50	5.176.376,50
Reservas legais		182.208,80	35.487,79
Resultados transitados		(172.335,97)	80.219,29
Excedentes de revalorização	7;8	271.521,96	266.675,72
Outras variações no capital próprio	12	147.987,26	420.549,74
Resultado líquido do período		161.105,15	20.816,87
Total do capital próprio		5.766.863,70	6.000.125,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	60.000,00	255.000,00
Passivos por impostos diferidos	15	151.251,57	247.775,16
Outras contas a pagar	16	405.030,47	
		616.282,04	502.775,16
Passivo corrente			
Fornecedores	16	285.797,69	137.282,57
Estado e outros entes públicos	15	73.343,18	82.225,34
Outras contas a pagar	16	7.530.347,69	9.737.221,88
Diferimentos		17.584,27	17.112,80
		7.907.072,83	9.973.842,59
Total do passivo		8.523.354,87	10.476.617,75
Total do capital próprio e do passivo		14.290.218,57	16.476.743,66

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	10	4.821,13	666,64
Subsídios à exploração	12	3.185.968,99	4.033.028,12
Fornecimentos e serviços externos		(1.196.098,02)	(1.446.738,10)
Gastos com o pessoal	17;6	(2.572.217,98)	(2.921.724,27)
Provisões (aumentos/reduções)	11	195.000,00	384.904,59
Outros rendimentos e ganhos	10	685.955,04	345.278,59
Outros gastos e perdas		(48.531,77)	(144.691,32)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		254.897,39	250.724,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7;8	(185.641,52)	(256.911,51)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		69.255,87	(6.187,26)
Juros e gastos similares suportados			(1.497,32)
Resultado antes de impostos		69.255,87	(7.684,58)
Imposto sobre o rendimento do período	15	91.849,28	28.501,45
Resultado líquido do período		161.105,15	20.816,87

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2.002,52	45.636,64
Pagamentos a fornecedores		769.722,74	1.813.180,83
Pagamentos ao pessoal		2.287.800,24	2.926.826,96
Caixa gerada pelas operações		(3.055.520,46)	(4.694.371,15)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(39.836,26)	79.765,19
Outros recebimentos/pagamentos		2.345.748,93	3.911.825,70
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(669.935,27)	(862.310,64)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>	8	17.640,90	19.650,86
<i>Activos intangíveis</i>	7;8	81.695,23	48.299,55
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		86.369,76	74.065,88
<i>Juros e rendimentos similares</i>		41.281,46	19.788,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		28.315,09	25.903,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>			1.497,32
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			(1.497,32)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(641.620,18)	(837.904,30)
Efeito das diferenças de câmbio			(13,26)
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.484.798,21	8.308.500,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.843.178,03	7.484.798,21

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	5.176.376,50				35.487,79		80.219,29		266.675,72	420.549,74	20.816,87	6.000.125,91		6.000.125,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7;8							(6.593,53)		6.593,53					
Ajustamentos por impostos diferidos	15							(35.169,00)		(1.747,29)	98.270,88		61.354,59		61.354,59
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						146.721,01		(210.792,73)			(370.833,36)	(20.816,87)	(455.721,95)		(455.721,95)
	7					146.721,01		(252.555,26)		4.846,24	(272.562,48)	(20.816,87)	(394.367,36)		(394.367,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											161.105,15	161.105,15		161.105,15
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											(233.262,21)	(233.262,21)		(233.262,21)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6+7+8+10	5.176.376,50				182.208,80		(172.335,97)		271.521,96	147.987,26	161.105,15	5.766.863,70		5.766.863,70

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010 1		5.176.376,50				29.656,97		5.830,82				125.904,14	5.337.768,43		5.337.768,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	5														
Primeira adopção do novo referencial	2							(60.388,93)		261.829,48	480.630,20	60.388,93	742.459,68		742.459,68
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7;8									6.593,53			6.593,53		6.593,53
Ajustamentos por impostos diferidos	15									(1.747,29)	21.661,67		19.914,38		19.914,38
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						5.830,82		134.777,40			(81.742,13)	(186.293,07)	(127.426,98)		(127.426,98)
	2					5.830,82		74.388,47		266.675,72	420.549,74	(125.904,14)	641.540,61		641.540,61
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											20.816,87	20.816,87		20.816,87
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3												662.357,48	662.357,48		662.357,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010 6=1+2+3+5		5.176.376,50				35.487,79		80.219,29		266.675,72	420.549,74	20.816,87	6.000.125,91		6.000.125,91

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 43860

Anexos às Contas

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

Designação da entidade: AGÊNCIA DE INOVAÇÃO S.A.
Sede social: Edifício IDIT, Rua do IDIT - Espargo
Endereço electrónico: adi@adi.pt
Página da internet: www.adi.pt
Natureza da actividade: Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Primeira adopção do novo referencial

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro deve ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todas as contas são comparáveis com as contas do período anterior.

2.4 Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

2.4.1 Forma como a transição dos PCGA anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados

A transição dos PCGA anteriores para as NCRF implicou as seguintes reclassificações:

POC	SNC	Valor
Imobilizações Corpóreas 421-Terrenos 422-Edifícios	Propriedades de Investimento 4212-Terrenos 4222-Edifícios	311.748,69€ 1.416.605,34€
Imobilizações Corpóreas 425-Ferramentas e Utensílios	Activo Fixo Tangível 437-Outros Activos Fixos Tangíveis	96.209,89€
Imobilizações Corpóreas 426-Equipamento Administrativo	Activo Fixo Intangível 443-Programas de Computadores	726.626,09€
Subsídios Para Investimentos 2745-Subsídios Para Investimentos	Subsídios 5931-Antes de Imposto s/Rendimento	653.918,64€

Para além da reclassificação de Imobilizações Corpóreas para Propriedades de Investimento, procedeu-se à alteração na mensuração das referidas Propriedade de Investimento utilizando-se o Justo Valor como Custo Considerado, beneficiando-se assim da isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº 3.

As reclassificações apresentadas estão refletidas nos Mapas comparativos.

2.4.2 Reconciliação do capital próprio e do resultado relatados segundo os PCGA anteriores com o capital próprio e o resultado segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os PCGA anteriores, conforme quadro seguinte:

Descrição	POC	Ajustamentos	Erros	SNC/NCM
Capital próprio	6.000.125,91			6.000.125,91
Resultados Transitados	80.219,29			80.219,29
Outros	80.219,29			80.219,29
Resultado líquido	20.816,87			20.816,87
Outros	20.816,87			20.816,87
Outras Rubricas	5.899.089,75			5.899.089,75
Outros	5.899.089,75			5.899.089,75

2.4.3 As primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCRF são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

Não são as primeiras Demonstrações Financeiras apresentadas, dado que a Agência de Inovação, S.A. foi criada em 1993, tendo desde essa altura apresentado as respectivas Demonstrações Financeiras de acordo com o POC.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF,

na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwil", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwil negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, e à taxa de 25% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2 **Outras políticas contabilísticas relevantes**

Para além das políticas contabilísticas referidas anteriormente, existe um esquema contabilístico próprio desde 2006, que visa espelhar com clareza os fluxos de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores. Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278-"Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

3.3 **Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Não houve juízos de valor emanados do Orgão de Gestão sobre a aplicação das políticas contabilísticas.

3.4 **Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

Não se prevêem no ano financeiro seguinte riscos significativos que possam provocar ajustamento material nas

quantias escrituradas de activos e passivos.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Não existem incertezas significativas nas estimativas para o próximo exercício económico, as quais possam envolver um risco relevante de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos.

4 - Fluxos de caixa

Balço - (modelo normal) - Caixa e depósitos bancários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Caixa e seus equivalentes no fim do período

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3.000,00		1.000,00	2.000,00
Depósitos à ordem	7.481.798,21		640.620,18	6.841.178,03
Outros depósitos bancários				
Total	7.484.798,21		641.620,18	6.843.178,03

4.2 Outras informações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Recebimentos de indemnizações seguros não vida	12.906,00	
Recebimentos de subsídios à exploração	400.000,00	1.165.618,00
Caixa e equivalentes não disponíveis para uso		

4.3 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos de Caixa e seus equivalentes que não se encontrem disponíveis para uso.

5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - ALTERAÇÕES NO PERÍODO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Alterações de políticas contabilísticas

5.1 Outras divulgações

Não existem alterações nas políticas e estimativas contabilísticas.

6 - Partes relacionadas

Balanço - (modelo normal) - Participações financeiras - método da equivalência patrimonial
Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego
Balanço - (modelo normal) - Accionistas/sócios
Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Distribuições
Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal
Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Entradas para cobertura de perdas
Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Outras Operações
Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de capital
Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realizações de prémios de emissão

6.1 Identificação das partes relacionadas

6.1.1 Empresas-mãe e outras entidades que participam no capital da empresa

NIF	503904040
Denominação	Fundação Para a Ciência e a Tecnologia
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	2.588.188,25
Capital social detido (%)	50,000
Direitos de voto (%)	50,000
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
NIF	501373357
Denominação	IAPMEI
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	873.250,00
Capital social detido (%)	16,900
Direitos de voto (%)	16,900
Data de início da participação	06-08-1993
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	
NIF	502218835
Denominação	PME Investimentos
Sede (País)	PT
Capital social detido (valor)	1.714.938,25
Capital social detido (%)	33,100
Direitos de voto (%)	33,100
Data de início da participação	13-02-2004
É a entidade controladora final? (Sim/Não)	

7 - Activos intangíveis

Balanço - (modelo normal) - Activos intangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projectos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamento s act. intangíveis	TOTAL
TOTAIS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período		78.327,24	739.969,38			159.949,24		978.245,86
Amortizações acumuladas totais no fim do período		78.327,24	729.075,99					807.403,23
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início		78.327,24	754.701,20			120.611,33		953.639,77
Amortizações acumuladas		78.327,24	728.908,28					807.235,52
Saldo no início do período			25.792,92			120.611,33		146.404,25
Variações do período			(14.899,53)			39.337,91		24.438,38
Aquisições em primeira mão			31.849,64			40.690,91		72.540,55
Outros aumentos			321,92					321,92
Total de aumentos			32.171,56			40.690,91		72.862,47
Amortizações do período			33.991,32					33.991,32
Abates			4.815,96					4.815,96
Outras diminuições			8.263,81			1.353,00		9.616,81
Total diminuições			47.071,09			1.353,00		48.424,09
Saldo no final do período			10.893,39			159.949,24		170.842,63

8 - Activos fixos tangíveis

Balanço - (modelo normal) - Activos fixos tangíveis

Balanço - (modelo normal) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos fixos tangíveis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Activos intangíveis

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis

8.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	397.345,00	378.700,00	79.504,19	245.439,38	1.389.140,04		201.971,08			2.692.099,69
Depreciações acumuladas		11.474,61	79.474,19	237.975,97	1.184.545,62		137.374,62			1.650.845,01
Saldo no início do período	397.345,00	367.225,39	30,00	7.463,41	204.594,42		64.596,46			1.041.254,68
Variações do período		4.027,88	(10,00)	(7.463,41)	(68.378,19)		(25.885,43)			(97.709,15)
Total de aumentos		16.318,41			5.343,22		1.783,50			23.445,13
Aquisições em primeira mão		16.318,41			5.341,77		1.783,50			23.443,68
Outros aumentos					1,45					1,45
Total diminuições		12.290,53	10,00	7.463,41	73.721,41		27.668,93			121.154,28
Depreciações do período		12.290,53	10,00	7.463,41	69.857,66		27.168,45			116.790,05
Abates					3.863,75		500,48			4.364,23
Outras transferências							0,00			0,00
Saldo no fim do período	397.345,00	371.253,27	20,00		136.216,23		38.711,03			943.545,53
Valor bruto no fim do período	397.345,00	395.018,41	79.504,19	206.589,38	1.301.085,35		188.132,42			2.567.674,75
Depreciações acumuladas no fim do período		23.765,14	79.484,19	206.589,38	1.164.869,12		149.421,39			1.624.129,22

8.2 Divulgações sobre activos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas:

O imóvel incluído no quadro da Nota 8.1 situa-se no Porto, mais precisamente na Rua de Sagres nº11. No momento da transição do POC para SNC o referido imóvel foi revalorizado, utilizando-se a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor, uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 pela empresa "Value Thinking-Avaliação e Consultoria Imobiliária,Lda", que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário". O valor de mercado do referido imóvel foi apurado pelo Método do Custo de Substituição Depreciado. A depreciação deste Activo Fixo Tangível foi contabilizada pelo Método do Custo durante o exercício de 2011, sendo este também o método a utilizar futuramente.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	TOTAL
Saldo inicial do excedente de revalorização	312.649,16	(244.531,89)						68.117,27
Varição do período		12.093,95						12.093,95
Aumentos								
Diminuições		(12.093,95)						(12.093,95)
Outras		(12.093,95)						(12.093,95)
Saldo final excedente de revalorização	312.649,16	(232.437,94)						80.211,22

8.3 Outras divulgações

No final do Exercício Económico de 2011 encontram-se em posse de terceiros, Activos Fixos Tangíveis no valor bruto de € 27.542,34, os quais ficaram totalmente amortizados no final do Exercício.

9 - Propriedades de investimento

Balço - (modelo normal) - Propriedades de investimento

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Aumentos/reduções de justo valor

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Outros activos

9.1 Divulgações sobre propriedades de investimento ao custo, conforme quadro seguinte:

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Fracções C e D e respectivos Parques.

A referida Propriedade de Investimento, no momento da transição de POC para SNC foi revalorizada, utilizando-se

a isenção prevista no nº 10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efectuada em 15 de Janeiro de 2010 elaborada pela empresa "Value Thinking-Avaliação e Consultoria Imobiliária,Lda", que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário".

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas "Rendas de Mercado".

A depreciação desta Propriedade de Investimento foi contabilizada pelo Método do Custo durante o exercício de 2011, sendo este também o método a utilizar futuramente.

O Justo Valor a 31-12-2011 da Propriedade de Investimento acima referida não difere do Custo registado na Contabilidade.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Prop. Invest. Em Curso	Adiantamentos	TOTAL
Valor bruto no início	383.500,00	1.115.639,85				1.499.139,85
Saldo no início do período	383.500,00	1.115.639,85				1.499.139,85
Variações do período		(34.860,15)				(34.860,15)
Total de aumentos						
Total diminuições		34.860,15				34.860,15
Depreciações do período		34.860,15				34.860,15
Saldo no final do período	383.500,00	1.080.779,70				1.464.279,70

9.2 Informação adicional sobre propriedades de investimento, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Quantias reconhecidas nos resultados	174.022,65	174.262,26
Rendas e outros rendimentos em propriedade de investimento	166.428,92	166.387,32
Gastos operacionais directos em imóveis que geraram rendimentos	7.593,73	7.874,94
Gastos operacionais directos em imóveis que não geraram rendimentos		
Quantias reconhecidas no passivo		
Obrigações contratuais p/comprar, reparar ou desenvolver propriedades investimento		

9.3 Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das mencionadas anteriormente.

10 - Rédito

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Vendas e serviços prestados

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Outros rendimentos e ganhos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Juros e rendimentos similares obtidos

10.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

Rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período, proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

O rédito foi mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável. É provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados foram reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	4.821,13	666,64
Juros	41.281,46	19.788,19
Total	46.102,59	20.454,83

11 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Balanço - (modelo normal) - Provisões

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Provisões (aumentos/reduções)

11.1 Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			255.000,00						255.000,00
Variações no período			(195.000,00)						(195.000,00)
Aumentos do período			35.000,00						35.000,00
Reforço			35.000,00						35.000,00
Diminuições do período			230.000,00						230.000,00
Reversões			230.000,00						230.000,00
Saldo no fim do período			60.000,00						60.000,00
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Activos contingentes									

11.2 Divulgações para cada classe de passivo contingente à data do balanço

Foi revertida a Provisão existente para o passivo contingente afecto ao processo judicial movido à AdI,S.A. por Inês Nogueira devido a não subsistirem os motivos que levaram à sua criação.

Mantém-se o passivo contingente relacionado com a Provisão criada no seguimento do processo judicial interposto contra a Agência de Inovação, S.A. por Márcia Silva.

11.3 Provisões e passivos contingentes provenientes do mesmo conjunto de circunstâncias: evidenciação das ligações entre provisão e passivo contingente nas divulgações anteriores

A única Provisão existente a 31-12-2011 ascende a € 60.000,00. Este montante refere-se ao processo a decorrer no Tribunal de Trabalho de Lisboa em que a autora é Márcia Silva.

A contingência de passivo decorrente do processo interposto por Inês Nogueira foi reconhecida em 2006, tendo sido constituída uma Provisão por € 80.851,77. Desde 2007 até 2009 foram feitos reforços à Provisão inicial nos montantes de € 59.148,23, € 60.000,00 e € 30.000,00 respectivamente. Em 2011 foi proferido Acórdão do Tribunal da Relação favorável à AdI, S.A.. Apesar de haver ainda recurso pendente para o Supremo Tribunal de Justiça, a Sociedade de Advogados SRS é de opinião que a Provisão não se deveria manter.

A contingência de passivo decorrente do processo interposto por Márcia Silva foi reconhecida em 2009 pelo valor de € 25.000,00. Em 2011 esta Provisão foi reforçada em € 35.000,00 por indicação dos Peritos.

Ambos os processos encontram-se em fase de recurso.

11.4 Descrição da natureza dos activos contingentes à data do balanço (probabilidade de um influxo de benefícios económicos) e estimativa do seu efeito financeiro. (Caso seja impraticável fazer esta divulgação, declarar esse facto)

Não existem activos contingentes à data do Balanço.

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Balanço - (modelo normal) - Outras variações no capital próprio

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Subsídios à exploração

12.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os Subsídios do Governo são tratados de acordo com um esquema contabilístico próprio desde o exercício de 2006 até ao presente. A adopção deste esquema visou espelhar com mais clareza os fluxos existentes de Projectos com Assistência Técnica ("Projectos AdI") e os fluxos dos Projectos de Promotores, ambos financiados com verbas do Orçamento de Estado.

Esta metodologia de contabilização está reflectida na conta 278-"Outros Devedores e Credores", que suporta todo o fluxo contabilístico desde o momento da celebração do contrato com a Entidade Financiadora até ao seu encerramento e respectivo apuramento de resultados.

12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	63.373,80	139.306,76		
Para activos fixos tangíveis	21.536,07	105.315,44		
Edifícios e outras construções	16.318,41	815,92		
Equipamento básico		10,00		
Equipamento de transporte		7.463,41		
Equipamento administrativo	3.434,16	69.803,60		
Outros activos fixos tangíveis	1.783,50	27.222,51		
Para activos intangíveis	41.837,73	33.991,32		
Programas de computador	41.837,73	33.991,32		
Para outras naturezas de activos				
Subsídios à exploração				
Valor dos reembolsos efectuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	63.373,80	139.306,76		

13 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Demonstração Resultados por Funções - Gastos de distribuição

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

13.1 Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos capitais próprios e nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados), conforme quadro seguinte:

Descrição	Capitais Próprios	Resultados	Cap. Próprios Per. Anterior	Resultados Per. Anterior
Saldo no início do período				
Movimentos do período				
Diferenças de câmbio favoráveis		17,47		0,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis				13,26
Saldo no final do período				

13.2 Razão para o uso de uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional

Não foi utilizada moeda de apresentação diferente da moeda funcional.

13.3 Razão para a alteração na moeda funcional (em relação quer à entidade que relata quer a uma unidade operacional estrangeira significativa)

Não houve alteração da moeda funcional.

14 - Acontecimentos após a data do balanço

14.1 Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Comissão Executiva da Agência de Inovação, S.A.

14.2 Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições

Não foram recebidas informações adicionais após a data do Balanço sobre condições que existiam à data do Balanço.

14.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não houve qualquer ajustamento proveniente de acontecimentos ocorridos após a data do Balanço.

15 - Impostos sobre o rendimento

Balanço - (modelo normal) - Activos por impostos diferidos

Balanço - (modelo normal) - Passivos por impostos diferidos

Balanço - (modelo normal) - Estado e outros entes públicos

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ajustamentos por impostos diferidos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imposto sobre o rendimento do período

15.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	69.255,87	(7.684,58)
Imposto corrente	28.208,31	10.589,87
Imposto diferido	(120.057,59)	(39.091,32)
Imposto sobre o rendimento do período	(91.849,28)	(28.501,45)
Tributações autônomas	6.506,49	9.628,55
Taxa efectiva de imposto	40,73	(137,80)

15.2 Imposto diferido e corrente reconhecido nos resultados e em capitais próprios, conforme quadro seguinte

Descrição	Resultados	Capitais próprios	Total	Resultados Per. Anterior	Cap. Próprios Per. Anterior	Total Período Anterior
Imposto do período	(91.849,28)		(91.849,28)	(28.501,45)		(28.501,45)
Gastos (rendimentos) de impostos reconhecidos no período e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:	(116.563,01)		(116.563,01)	(39.091,32)		(39.091,32)
Imposto diferido relativo à realização do excedente de revalorização de activos	1.747,29		1.747,29	1.747,29		1.747,29
Outros	(118.310,30)		(118.310,30)	(40.838,61)		(40.838,61)
Gastos (rendimentos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:						
Impostos do período - discriminação:						
Imposto diferido	(120.057,59)		(120.057,59)	(39.091,32)		(39.091,32)
Imposto corrente	28.208,31		28.208,31	10.589,87		10.589,87

15.3 Divulgações de diferenças temporárias, conforme quadro seguinte

Descrição	Período	Período anterior
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos		
Soma A		
Diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos		
Revalorização de de activos	369.417,64	362.824,11
Outras diferenças temporárias	201.343,15	572.176,51
Soma B	570.760,79	935.000,62
Valores reflectidos no balanço		
Activos por impostos diferidos (Soma A x taxa(s))		
Passivos por impostos diferidos (Soma B x taxa(s))		

15.4 Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota, além das já mencionadas anteriormente.

15.5 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	35.956,56	28.208,31	62.735,88	10.589,87
Pagamentos por conta			21.517,36	
<i>Pagamentos normais</i>			20.475,00	
<i>Pagamentos especiais</i>			1.042,36	
Retenções efectuadas por terceiros	35.956,56		29.678,83	
Imposto estimado		28.208,31		10.589,87
IRC a receber / pagar			11.539,69	
Retenção de impostos sobre rendimentos		28.003,07		28.423,25
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		143,38	2.253,31	
Outros impostos				1.386,56
Contribuições para a Segurança Social		42.579,20		49.353,53
Outras tributações		2.617,53		3.062,00
Total	35.956,56	101.551,49	64.989,19	92.815,21

16 - Instrumentos financeiros

- Balanço - (modelo normal) - Clientes*
- Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos a fornecedores*
- Balanço - (modelo normal) - Accionistas/sócios*
- Balanço - (modelo normal) - Outras contas a receber*
- Balanço - (modelo normal) - Activos financeiros detidos para negociação*
- Balanço - (modelo normal) - Outros activos financeiros*
- Balanço - (modelo normal) - Capital realizado*
- Balanço - (modelo normal) - Outros instrumentos capital próprio*
- Balanço - (modelo normal) - Fornecedores*
- Balanço - (modelo normal) - Adiantamentos de clientes*
- Balanço - (modelo normal) - Financiamentos obtidos*
- Balanço - (modelo normal) - Outras contas a pagar*
- Balanço - (modelo normal) - Passivos financeiros detidos para negociação*
- Balanço - (modelo normal) - Outros passivos financeiros*
- Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*

16.1 Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:		39.487,07
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	39.487,07	39.487,07
Total		39.487,07

16.2 Categorias (naturezas) de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Activos financeiros:	6.843.178,03		10.892,54		
Clientes			8.953,95		
Adiantamentos a fornecedores			1.938,59		
Outros activos financeiros	6.843.178,03				
Passivos financeiros:			3.583.510,69		
Fornecedores			283.431,22		
Outras contas a pagar			3.300.079,47		
Ganhos e perdas líquidos:	17,47		246,55		
De activos financeiros	17,47				
De passivos financeiros			246,55		
Rendimentos e gastos de juros:					
De activos financeiros	41.281,46				

16.3 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Depósitos à Ordem, os valores existentes em Caixa e os rendimentos de Activos Financeiros foram mensurados ao Justo Valor de acordo com o nº 15 da NCRF nº27 - "Instrumentos Financeiros".

As rubricas de Clientes, Fornecedores e Outras Contas a Pagar, foram mensuradas ao Custo, de acordo com o nº 12 a) da NCRF nº 27 - "Instrumentos Financeiros"

16.4 Divulgações para cada classe activos financeiros transferidos para uma outra entidade em transacções que não se qualificaram para desreconhecimento

Não houve transferência de activos financeiros para outra entidade em transacções que não se qualificaram para desreconhecimento.

16.5 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não foram contraídos quaisquer empréstimos nem existe qualquer incumprimento relacionado com empréstimos.

16.6 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respectivos prazos de realização.

O capital social da Agência de Inovação, S.A. ascende a € 5.176.376,50, o qual se encontra totalmente subscrito e realizado.

16.7 Número de acções representativas do capital social, respectivas categorias e valor nominal.

O número de acções nominativas representativas do capital social ascende a 1.037.350, sendo o seu valor nominal de € 4,99.

16.8 Reconciliação, para cada classe de acções, entre o número de acções em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transacções com acções próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de acções).

O número de acções no início e no final de 2011 permaneceu inalterado.

16.9 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efectuada como custos de emissão

Não foi realizado qualquer aumento de capital durante o exercício de 2011.

16.10 Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respectiva quantia acumulada à data do balanço.

Não foram emitidos quaisquer outros instrumentos de Capital Próprio durante o ano de 2011.

17 - Benefícios dos empregados

Balanço - (modelo normal) - Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo normal) - Gastos com o pessoal

17.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	81,00	150.080,00	85,00	160.196,00
Pessoas remuneradas	81,00	150.080,00	85,00	160.196,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	81,00	150.080,00	85,00	160.196,00
Pessoas a tempo completo	81,00	150.080,00	85,00	160.196,00
(das quais pessoas remuneradas)			85,00	160.196,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	81,00	150.080,00	85,00	160.195,00
Masculino	18,00	33.351,11	20,00	37.693,00
Feminino	63,00	116.728,89	65,00	122.502,00
Pessoas ao serviço da empresa afectas a I&D				
Prestadores de serviços	1,00	1.863,75	2,00	3.750,00
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

17.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	2.572.217,98	2.921.724,27
Remunerações dos órgãos sociais	126.013,93	159.986,14
Remunerações do pessoal	1.910.931,28	2.196.613,42
Indemnizações	48.539,34	
Encargos sobre as remunerações	428.732,83	486.101,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	17.385,56	18.074,95
Outros gastos com o pessoal	40.615,04	60.948,15
(dos quais: formação)	797,00	11.098,32

17.3 Benefícios pós-emprego

A Agência de Inovação, S.A. não tem nem criou quaisquer "Benefícios Pós-Emprego" aos seus colaboradores.

17.4 Outros benefícios a longo prazo de empregados

Não existem benefícios a longo prazo para os empregados da Agência de Inovação, S.A.

17.5 Benefícios de cessação de emprego

Não existiram benefícios de cessação de emprego durante o ano de 2011.

17.6 Outras divulgações

Não existem outras divulgações dignas de Nota para além das mencionadas anteriormente.

18 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Balanço - (modelo normal) - Capital próprio

18.1 Informação por actividade económica

Descrição	Actividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	4.821,13	4.821,13
Fornecimentos e serviços externos	1.196.098,02	1.196.098,02
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		
Gastos com o pessoal	2.572.217,98	2.572.217,98
Remunerações	2.036.945,21	2.036.945,21
Outros gastos	535.272,77	535.272,77
Activos fixos tangíveis		
Valor líquido final	943.545,53	943.545,53
Total das aquisições	21.660,18	21.660,18
(das quais edifícios e outras construções)	16.318,41	16.318,41
Propriedades de investimento		
Valor líquido final	1.464.279,70	1.464.279,70

18.2 Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	4.821,13			4.821,13
Fornecimentos e serviços externos	1.196.098,02			1.196.098,02
Aquisições de activos fixos tangíveis	23.443,68			23.443,68
Aquisições de activos intangíveis	72.540,55			72.540,55
Rendimentos suplementares:				

18.3 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as

suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existem acordos de regularização de dívidas.

- Prêmios sobre os resultados com base em acções

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em acções.

- Acções próprias

A Entidade não detém acções próprias, nem efectuou quaisquer transacções com acções próprios durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

19 - Outras informações

19.1 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A conta de Resultados Transitados apresenta um saldo negativo devido ao facto de apenas em 2 de Junho de 2011 (aquando da Assembleia Geral de Accionistas) se ter procedido à aplicação de Resultados dos Exercícios Económicos de 2009 e 2010 no montante global de € 207.109,94, dos quais € 186.293,07 referem-se a Resultados não aplicados do Exercício Económico de 2009.

Parecer do Fiscal Único



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2011, a actividade da **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, reflectem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer que:

- 1 - Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, os quais exprimem a real situação financeira e patrimonial da Empresa no termo do exercício de 2011.
- 2 - Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 21 de Março de 2012,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936

representada pelo sócio

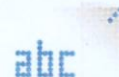
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial da Lisboa • n.ºc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:
Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel/fax: 262 081 617



Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da empresa **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.** reportadas a 31 de Dezembro de 2011, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de balanço de **€ 14.290.218,57** (catorze milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e dezoito euros e cinquenta e sete cêntimos) e um total de capital próprio de **€ 5.766.863,70** (cinco milhões, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e sessenta e três euros e setenta cêntimos), incluindo um resultado líquido de **€ 161.105,15** (cento e sessenta e um mil, cento e cinco euros e quinze cêntimos)), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e os resultados das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associado Oficiais de Contas, Lda.

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Agência de Inovação - Inovação Empresarial e Transferência de Tecnologia, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2012

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115

Registada na C.M.V.M. sob o número 8936

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

ROC nº 681

O.R.O.C. Inscrição nº 115 • Registada na C.M.V.M. nº 8936 • Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa • nipc 503188 220

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 850/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Mouzinho de Albuquerque, 170 - 1º
2450-240 Nazaré
Tel./Fax: 262 081 817

